



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal –
SFA/DF

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Brasília – DF - 2013



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal –
SFA/DF

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119 e 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle, em especial, a Portaria CGU nº133/2013.

Brasília – DF - 2013

ABENILIO AIRES CIRQUEIRA

Superintendente Federal

NATHÁLIA MATTOS

Chefe da Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA

LUIZ CLÁUDIO COELHO

Chefe da Divisão Defesa Agropecuária - DDA

ROSILENE GUGEL MILHOMEM

Chefe do Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA

JOSÉ CARLOS FONSECA BOQUADI

Chefe do Serviço da Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA

ARIADNE XAVIER

Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

WILSON DANTAS DO NASCIMENTO

Chefe Substituto do Serviço de Apoio Administrativo – SAD

ALEXANDRE DIONÍZIO NETO

Chefe da Seção de Gestão de Pessoas - SGP

WILSON DANTAS DO NASCIMENTO

Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

ANDRÉ SILVA COSTA

Seção de Atividades Gerais – SAG

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
LISTA DE TABELAS E QUADROS.....	8
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	10
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	10
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	13
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	15
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	15
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	19
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	19
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	20
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	21
2.4 INDICADORES.....	21
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	21
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	21
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	23
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	23
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	24
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	24
4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	24
4.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	24
4.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	24
4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	24
4.1.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	24
4.1.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	24
4.1.6.1- PROGRAMA: 2105 - APOIO ADMINISTRATIVO.....	24
4.1.6.1.1- AÇÃO 4716 - OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS.....	25
4.1.6.2 - PROGRAMA: 2014 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO.....	26
4.1.6.2.1 - AÇÃO 4720 – APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA.....	27
4.1.6.3 - PROGRAMA: 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS.....	28
4.1.6.3.1- AÇÃO: 8938 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.....	30
4.1.6.3.2 - AÇÃO: 8939 – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.....	32
4.1.6.3.3- AÇÃO: 4746 - PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS.....	34
4.1.6.3.4- AÇÃO 4745 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.....	36
4.1.6.4- PROGRAMA: 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA.....	38
4.1.6.4.1 - AÇÃO 2134 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS.....	42
4.1.6.4.2 - AÇÃO: 2180 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS.....	44
4.1.6.4.3 - AÇÃO 2181 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS.....	46
4.1.6.4.4 - AÇÃO: 4738 - ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA.....	48
4.1.6.4.5 - AÇÃO: 4842 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA.....	50

4.1.6.4.6 - AÇÃO: 8572 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS.....	52
4.1.6.4.7 - AÇÃO: 8658 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS.....	54
4.1.6.5 – PROGRAMA: 0375 – QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS.....	56
4.1.6.5.1- AÇÃO: 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL.....	59
4.1.6.5.2- AÇÃO: 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL.....	61
4.1.6.5.3- AÇÃO: 2140 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.....	64
4.1.6.5.4- AÇÃO: 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES.....	66
4.1.6.5.5- AÇÃO: 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS.....	69
4.1.6.5.6 AÇÃO: 2179 – FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS.....	71
4.1.6.5.7 AÇÃO: 2909 -FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS.....	73
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	75
4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	75
4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	76
4.2.2.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	76
4.2.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	76
4.2.2.3 RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	76
4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	76
4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	76
4.2.4.1 EXECUÇÃO DA DESPESA COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	76
4.2.4.1.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	76
4.2.4.1.2 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	77
4.2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO.....	77
4.2.4.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	77
4.2.4.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	77
4.2.4.2.3 ANÁLISE CRÍTICA.....	78
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	79
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	79
5.1.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	79
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	79
5.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	79
5.2.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	79
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	80
5.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	80
5.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	80
5.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VICENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE	81
5.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE.....	81
5.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE	82
5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA.....	82
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS	83
5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	83
5.4.1.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL	83
5.4.1.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”	83
5.4.1.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF).....	83
5.4.1.4 UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO CRÉDITO CORPORATIVO PELA UJ.....	83
5.4.1.5 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	84
5.4.1.6 ANÁLISE CRÍTICA.....	84

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	84
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	84
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	84
6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	84
6.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA	85
6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	86
6.1.2.1 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE.....	86
6.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE	87
6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	87
6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	87
6.1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA.....	87
6.1.4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	87
6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	88
6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	88
6.1.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO	88
6.1.7.1 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC	88
6.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	88
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	88
6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	88
6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	88
6.2.3 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS	89
6.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	89
6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	89
6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	90
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	90
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	90
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	92
7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	92
7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	93
7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	93
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	93
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	93
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	95
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	95
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	97
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	97
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	97
10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	97
10.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	97
10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	98
10.1.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	98
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	98
10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	98
10.3.2 ANÁLISE CRÍTICA	98
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	99

10.4.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	99
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	101
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	101
11.1.1 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	101
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	102
11.2.2 DECLARAÇÃO COM RESSALVA.....	102
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	103
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	103
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS

SFA/DF - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento
SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação
DDA - Divisão de Defesa Agropecuária
SIFISA - Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
SIFISV - Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
UVAGRO - Unidade de Vigilância Agropecuária
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SAG - Seção de Atividades Gerais
SGP - Seção de Gestão de Pessoas
SEOF - Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SEAGRI - DF - Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Distrito Federal
GTA - Guia de Trânsito Animal
BPF - Boas Práticas de Fabricação
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
SIF - Serviço de Inspeção Federal
FISCALSEM1 - Fiscalização de sementes e mudas
FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISCGENE - Fiscalização de material genético animal
PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PCEANIMAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
FEBREAFTOSA - Erradicação da Febre Aftosa
VIGIFITO1 - Vigilância e Fiscalização Trânsito Interestadual de Vegetais, Produtos e Insumos
FISCPLANTA - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
FISCANIMAL - Vigilância e Fisc.Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
IPVEGETAL2 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
PADCLASSIF - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
INSPANIMAL3 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	10
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	21
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4716.....	25
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ-Ação 4720.....	27
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 8938.....	30
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 8939.....	32
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 4746.....	34
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 4745	36
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2134.....	42
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 2180.....	44
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 2181.....	46
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 4738.....	48
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 4842.....	50
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 8572.....	52
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 8658.....	54
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 2019.....	59
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 2124.....	61
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2140.....	64
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 2141.....	66
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 2177.....	69
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 2179.....	71
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ– Ação 2909.....	73
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	76
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – créditos de movimentação.....	77
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação.....	77
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	79

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	80
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	80
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.....	81
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	81
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	82
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	83
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	83
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	83
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	84
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	85
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	85
Quadro A.6.3 – detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ....	86
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	86
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....	87
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	89
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....	90
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	92
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	93
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	93
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	95
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	97
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	98
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	99
Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	102

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada:

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal			
Denominação Abreviada: SFA-DF			
Código SIORG: 2802	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 130014
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta			CNPJ: 00396895/0075-61
Principal Atividade: Serviços relacionados com a Agricultura e Pecuária, exceto atividade clínica em veterinária.			Código CNAE: Agricultura: A.01.61-9 Pecuária: A 01.62-7
Telefones/Fax de contato:	(061) 3329-7100	(061) 3329-7150	(061) 3329-7121
Endereço Eletrônico: gab-df@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br/			
Endereço Postal: SBN – Ed. Palácio do Desenvolvimento - Qd. 1 - Bloco “D” - 5º Andar - CEP: 70057-900 - Brasília – D/F – (61) 3329.7100			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Texto: Instituída pelo Decreto nº 5.351 de 21/01/2005, publicado no D.O.U., de 24 de janeiro de 2005.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 - REGIMENTO INTERNO DAS SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – Anexo 1			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130014		00001	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência Institucional

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal – SFA/DF, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, tem como finalidade principal garantir a qualidade dos alimentos, matérias e insumos agropecuários ofertados à sociedade, por meio de ações de educação, padronização, inspeção e fiscalização, dentro

da cadeia agropecuária na sua área de responsabilidade, tendo jurisdição no Distrito Federal e no Entorno.

Exerce sua competência institucional desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos, da defesa ao desenvolvimento agropecuário e nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo, à inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia brasileira, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições, sempre com foco na adoção dos conceitos e metas definidos pelo planejamento estratégico do MAPA, em especial, de tornar a agropecuária nacional e local mais sustentável em todos os seus aspectos.

Conforme o artigo 1º da Portaria 428, de 9 de Junho de 2010, às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

- I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

No exercício de 2012, à UJ, dentre os mais diversos programas e ações do PPA, coube um total de 5 (cinco) programas e 20 (vinte) ações, e destes, lançamos no presente relatório, as principais realizações, coadunadas com os objetivos estratégicos definidos para o MAPA, mas em consonância com a realidade do DF.

Somente após consistentes debates entre os nossos técnicos e os da sede foi possível definir e priorizar programas – apresentados no item anterior - e as ações (denominadas em nosso âmbito como Planos Internos – PIs), dentro de uma estratégia nacional. Nesse sentido, a equipe focou a Agricultura Orgânica, a Segurança Alimentar da sociedade local e dos destinos de exportação, bem como o aumento da produção e da produtividade de produtos e subprodutos agropecuários mais significativos, como, por exemplo, a produção avícola.

Diante desta constatação, os principais objetivos estratégicos da SFA/DF estão contidos no mapa estratégico do Ministério onde destacamos abaixo:

- Garantir a segurança alimentar
- Segurança do alimento, abastecimento e preço.
- Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio.
- Garantir a inocuidade e qualidade dos alimentos.
- Estimular a agregação de valor na produção agropecuária.
- Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA

Em face dos objetivos estratégicos alinhamos abaixo alguns destaques a comprovar que a SFA/DF contribuiu para o desenvolvimento do agronegócio no Distrito Federal e, em alguns casos, dando continuidade a ações iniciadas no exercício de 2011:

1- No ano de 2012, a SFA/DF, firmou convênio com a SEAGRI-DF - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal para que as atividades continuassem sendo desenvolvidas pelo DF, garantindo, dessa forma, a defesa do mercado produtor e consumidor

local. Reafirma-se que o Distrito Federal continua sendo classificado, por exemplo, como área de risco mínimo de foco de febre aftosa, comprovado pela não ocorrência de casos desta enfermidade na região desde 1993, consolidando o Distrito Federal entre as melhores condições sanitárias do país.

2 – Com relação ao SIFISA, se em 2011 o empenho era em receber a Missão da União Européia, a fim de demonstrar as qualificações do agronegócio local, com vistas a viabilizar a exportação de carne bovina para aquela região, em 2012, trabalhou na adequação do serviço de defesa a cargo da SEAGRI às exigências da UE. Manteve-se o conjunto de ações de prevenção e combate de doenças dos animais e pragas dos vegetais, bem como, a retirada do mercado de produtos agropecuários em desacordo com as normas, garantido a qualidade desses produtos para a população.

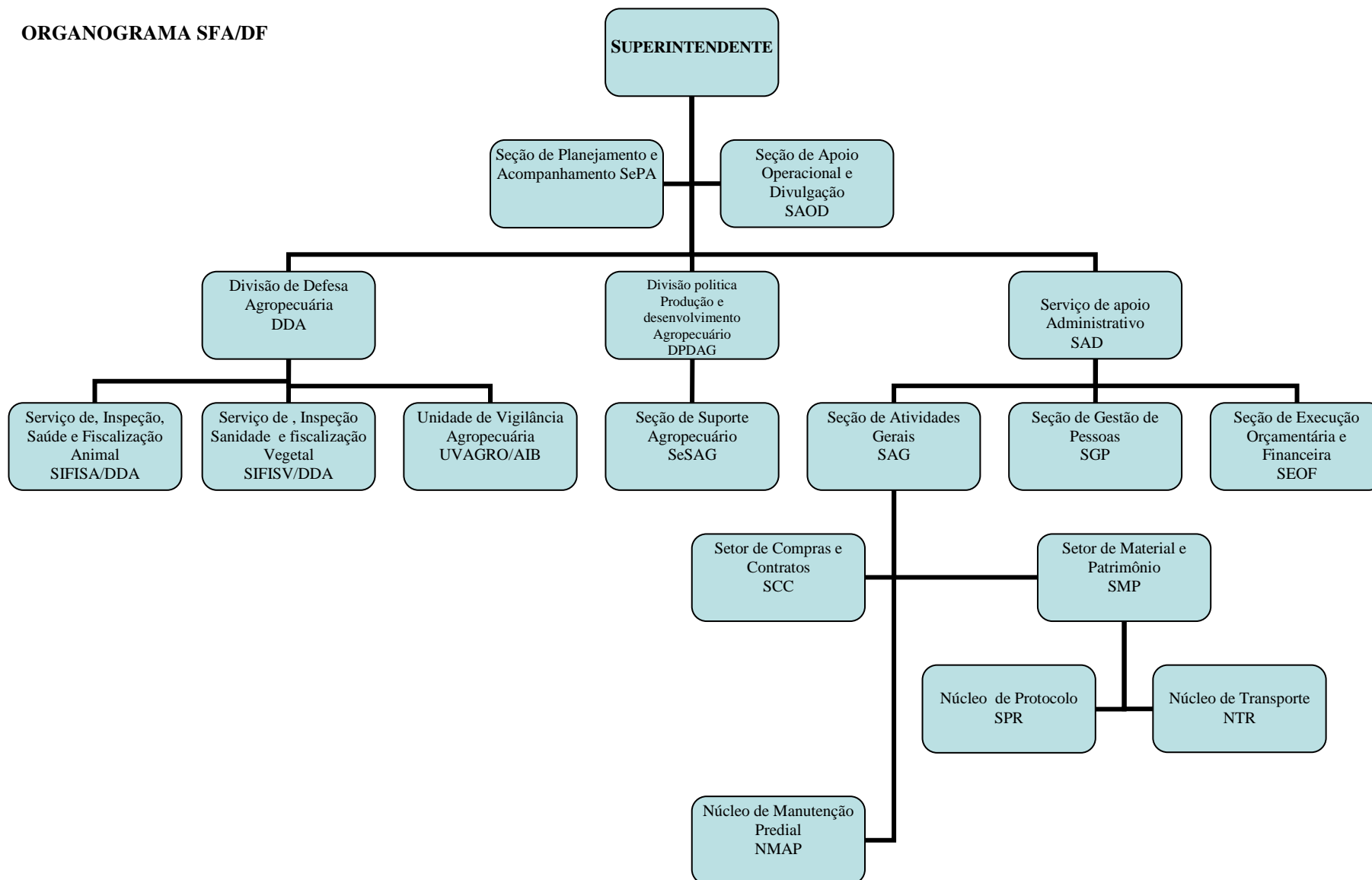
3 – Em 2012, manteve-se o acompanhamento da adoção e utilização, por parte das empresas, de programas de autocontrole de práticas de fabricação, que resultou em menores índices de não-conformidades dos produtos fiscalizados. Ademais, houve um incremento no número de supervisões em estabelecimentos industriais registrados no SIF.

4 – O trabalho já iniciado em 2011, de aproximação dos setores produtivos com possíveis fontes de fomento e financiamento, resultou em 2012, na celebração de parcerias e contratos de repasse em benefício da agropecuária local, tais como, recursos liberados para Cooperativas e Associações rurais. Com relação ao Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), o presente exercício representou avançar na consolidação e implantação das bases do Programa no plano distrital, por meio de encontros constantes com o segmento, público e privado, no DF.

5 – O Serviço Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal - SIFISV, além de atuar nas atividades de rotina, ressalta o encaminhamento o Ministério Público de processos de atuação de empresas de bebidas, onde foram constatadas lesões (fraudes) aos direitos dos consumidores e possível risco à saúde deles. Tais processos ensejaram a realização de audiências com os possíveis infratores e a realização de ajustamento de condutas. As apreensões de grãos cresceram no exercício, comprovando o empenho da equipe em retirar do mercado produtos em desacordo com a legislação, em especial, problemas com a classificação dissonante (exemplo, vender arroz tipo 3 como tipo 1).

1.3 Organograma Funcional

ORGANOGRAMA SFA/DF



UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DIRETA

- A Seção de Planejamento e Acompanhamento tem por objetivo a promoção do processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, bem como o processo de gestão operacional (internalização do Plano Plurianual; elaboração e consolidação do Plano Operativo Anual). A seção elabora relatórios periódicos relativos à execução das ações, e também é responsável por consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.
- A Seção de Apoio Operacional e Divulgação deve prestar apoio ao titular da SFA/MAPA nas atividades de agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional, relacionamento com imprensa e promoção institucional. Também é responsável pela adequação das informações das demais unidades administrativas e pelo encaminhamento ao órgão setorial de comunicação de governo para divulgação.

UNIDADES CENTRAIS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA

- À Divisão de Defesa Agropecuária compete coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de vigilância zoossanitária e fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais; fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária; educação sanitária para defesa agropecuária e fiscalização. Ainda é responsável pela implementação da operacionalização de ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários.
- O Serviço de Saúde Animal deve programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância sanitária e epidemiológica; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais, produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário. Ao Serviço também cabe a orientação e acompanhamento quanto a aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais;
- Ao Serviço de Sanidade Vegetal compete programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais; aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais. O Serviço de Sanidade Vegetal também é responsável pela orientação e acompanhamento das normas sanitárias que disciplinam a importação e exportação de vegetais; cadastramento, registro e fiscalização propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação cancelados pelo MAPA;

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA

- À Unidade de Vigilância Agropecuária, localizada no aeroporto internacional de Brasília, compete a execução das atividades de fiscalização agropecuária, procedendo: a realização de exames de animais vivos e de vegetais e partes de vegetais, na importação e na exportação; a inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal, de sêmen animal, de embriões de animais, de produtos para alimentação animal, de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos, seus componentes e afins. Examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.

UNIDADES DE APOIO OPERACIONAL

- O Serviço de Apoio Administrativo é responsável pela coordenação da execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais. O Serviço orienta os procedimentos licitatórios; preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias; alienação de bens móveis; execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de parceria, emitindo parecer técnico; e atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/MAPA;

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira e por visão, até o ano de 2015, ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Pela grande importância econômica do segmento do agronegócio para o país, onde a agropecuária tem contribuído de forma robusta para a elevação do saldo da balança comercial brasileira, o MAPA age por meio de suas Superintendências nos estados, cujas especificidades influenciam as ações a serem desenvolvidas em todas as unidades.

Baseado nestas circunstâncias, a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal - SFA-DF é responsável pela execução de importantes programas e ações contidas no Plano Plurianual 2008/2011, com ênfase no desenvolvimento do agronegócio bem como na defesa, inspeção e fiscalização de insumos, produtos e subprodutos agropecuários, bem com a vigilância das fronteiras do DF. Assim, fomentar, fiscalizar, inspecionar, defender e vigiar são os macroprocessos finalísticos da unidade.

Por meio dos macroprocessos aqui elencados - que são conduzidos pela equipe SFA/DF (por meio de Planos Operativos, lançados no SIPLAN) e em consonância com corpo normativo e formulações estratégicas superiores - são oferecidos produtos e serviços agropecuários mais seguros à população local e nacional, ou seja, inspecionados e fiscalizados e livres de pragas e doenças, bem como é estimulado o crescimento e desenvolvimento do agronegócio local.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Podemos identificar como macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade a Gestão Estratégica e o Apoio Administrativo.

Se o Planejamento Estratégico, no âmbito do MAPA, é um processo gerencial que diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, consubstanciado, no nosso caso, em um MAPA ESTRATÉGICO, que leva em conta as condições internas e externas ao órgão e sua evolução esperada, a Gestão Estratégica é uma forma de gerir toda a organização, com foco em ações estratégicas em todas as áreas.

No MAPA, os rumos são definidos conjuntamente, sob a supervisão de área específica, a Assessoria de Gestão Estratégica – AGE/MAPA, e, uma vez definidas as diretrizes de atuação, as ações, por meio de planos operativos (POA), são registradas e acompanhadas em sistemas próprios (SIPLAN e SIOR), e recebem supervisão direta das chefias imediatas e da área de Acompanhamento e Planejamento – SAP/SFA/DF.

O Apoio Administrativo é o macroprocesso de apoio por excelência. No âmbito da unidade ele é representado pelo PI MANUTSFA e se apresenta como o meio de suportar as atividades finalísticas, não sendo um fim em si mesmo. Nesse sentido, as atividades de pessoal, finanças e orçamento e serviços gerais são centralizadas, organizacionalmente, no Serviço de Administração – SAD/SFA/DF, sendo certo que os outros setores não contam com tais atribuições, muito embora contribuam com recursos orçamentários e financeiros para o compartilhamento das despesas comuns.

1.6 Principais Parceiros

A concretização da missão e visão do MAPA e, mais de perto, a execução das ações, a principal função das unidades descentralizadas necessariamente tem de contar com a colaboração de parceiros, internos e externos.

Internamente, nunca é demais ressaltar a ajuda que recebemos dos órgãos centrais do MAPA, por meio das suas secretarias finalísticas e dos órgãos de direção superior, o GM e a SE. Menção especial merece a atenção dispensada pela Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências – CGAS à SFA/DF.

No campo externo, muitas são as parcerias. Em matéria de defesa agropecuária, cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Agricultura que, mediante convênio, garante a proteção mercado do DF de pragas e doenças. A aproximação da SFA/DF com o Poder Legislativo e outros organismos públicos tem propiciado importantes ações de fomento no agronegócio local. Ainda é certo que o trabalho desenvolvido pelos diversos técnicos da unidade, mais próximos dos produtores rurais, permitiu o estabelecimento de ações conjuntas, o intercâmbio de experiências e a efetiva participação de todos em comissões e comitês voltados para o desenvolvimento agropecuário do DF. O trabalho de divulgação das ações da Superintendência junto aos meios de comunicação, outro estratégico parceiro, tem levado esclarecimento à população.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal – SFA/DF para o exercício de 2012 foi elaborado de acordo com os normativos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria Geral da União - CGU, bem como refletiu a realização das atividades meio e finalísticas da unidade, com foco na satisfação dos anseios dos atores sociais do setor agropecuário e da população local, estando o mesmo estruturado nos termos do Roteiro previamente estabelecido pelos órgãos de controle, nos termos da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e Portaria TCU nº 150/2012.

Na metodologia e roteiro definido legalmente para esta modalidade de natureza jurídica da UJ, não se aplicam a nossa natureza jurídica ou deixam de serem preenchidos em razão de definição legal ou da sua não ocorrência os seguintes itens:

PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO:

3.1 Estrutura de governança.

3.3 Remuneração paga a administradores.

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Obs.: Os itens de 4.1.1 a 4.1.5 deixam de ser preenchidos, conforme orientação da Assessoria de Controle Interno do MAPA, por se referirem a programas temáticos de responsabilidade dos órgãos centrais do MAPA, cabendo as unidades descentralizadas a execução de ações.

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Obs.: Os itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.4.1.1 e 4.2.4.1.2 deixam de ser preenchidos em razão em da SFA/DF não ser Unidade Orçamentária (UO), portanto, não tendo recursos orçamentários a ela destinados originariamente.

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta tipo “B”

5.4.1.4 Utilização da Conta tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

6.1.8 Indicadores Gerencias sobre Recursos Humanos

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

- 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
- 7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros
- 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
- 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício
- 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

O presente instrumento destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício de 2012. É, portanto, através dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

As atividades gerenciais e de assistência desenvolvidas durante o ano de 2012 caracterizaram-se pela continuidade e aprimoramento da linha de atuação definida em sede de gestão estratégica, em especial o PPA e as diretrizes inseridas no SIGPLAN. A experiência acumulada, técnica e humana, permitiu direcionar de maneira eficaz os programas específicos com vistas à melhoria progressiva do atendimento ao cidadão usuário, à garantia da segurança alimentar da população, à reestruturação dos processos de trabalho e ao aprimoramento das parcerias e relacionamentos com os mais diversos segmentos sociais em 2012.

No exercício, ressaltou-se, não ocorreram doenças em animais em trânsito pelo DF.

A grande dificuldade encontrada para a correta gestão da unidade ainda diz respeito ao componente humano, seja pela carência destes, seja pelas dificuldades de capacitação dos mesmos, em especial, nos temas ligados a gestão, uma vez que, ainda que não haja estudos promovidos pelo órgão central sobre a força de trabalho, a SFA-DF tem solicitado, pelo menos, a reposição daqueles que deixam a unidade. Ademais, continuamos os esforços para implementar mais conceitos da gestão estratégica, aperfeiçoando os canais de comunicação e participação da sociedade local, ainda que soluções de continuidade estejam presentes no cotidiano das repartições públicas. Por fim, nunca é demais reafirmar a escassez de recursos orçamentários, vez que, sabedores das limitações impostas pela União, os valores alocados não apenas não aumentam, mas diminuem num cenário de reajustes, por exemplo, de tarifas públicas.

Vale lembrar que o DF, sob o acompanhamento da SFA/DF, é referência em vários temas ligados ao Agronegócio, em especial, os pungentes números da produção avícola e o fato de sermos área livre de aftosa desde 1993, por meio da presença constante em estabelecimentos fiscalizados e inspecionados e de reuniões com os segmentos produtivos no DF.

O grande destaque do ano foi a formulação de uma importante campanha sobre produtos agropecuários clandestinos, em especial a carne. A idéia, desenvolvida no trimestre final de 2012, em razão do ingresso de novo superintendente, foi apresentada aos órgãos superiores do MAPA e foi plenamente recepcionada. Em apertada síntese, cuida a campanha, de combate à carne clandestina, de envolvimento e articulação dos diversos representantes da sociedade local, pública ou privada, tais como, produtores, estabelecimentos industriais e comerciais, entidades civis do agronegócio, órgãos públicos (Ministério Público, órgãos de defesa do consumidor, SEAGRI/GDF, e outros), Imprensa, ONG, enfim, todos, mobilizados para o esclarecimento, a conscientização, fiscalização da produção, a comercialização e consumo de produtos agropecuários, a fim de prevenir e evitar o consumo de produtos clandestinos, garantindo, assim, alimento seguro na mesa do brasileiro e dos demais brasileiros.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Uma vez definidas as linhas mestras de atuação do MAPA, por meio do PPA, que define os programas a desenvolver, a SFA/DF, por definição regimental, atua como braço executivo das políticas públicas definidas pelas instâncias superiores. A atuação estratégica está alinhada com o desenvolvimento sustentável e o aumento da competitividade do Agronegócio, sempre com foco na satisfação da sociedade.

Sob a coordenação das unidades centrais do MAPA, a SFA-DF teve durante o ano de 2012 o gerenciamento dos seguintes programas, constantes no PPA 2012/2015, e respectivas ações:

- 2105 – Apoio Administrativo
 - Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas;
- 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização;
 - Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
- 0375 – Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários;
 - Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
 - Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
 - Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
 - Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
- 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária
 - Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
 - Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
 - Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
 - Ação 4738 - Erradicação da mosca da carambola
 - Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa
 - Ação 8572 - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais
 - Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
- 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
 - Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal
 - Ação 2124 - Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal
 - Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
 - Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
 - Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas
 - Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças
 - Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Ademais, além de já relatado na Introdução, as realizações, com os respectivos sucessos e dificuldades enfrentadas serão mais bem relatadas no próximo item.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A SFA/DF, em respeito às suas competências institucionais e na persecução de seus objetivos estratégicos, atua em consonância com as limitações de recursos impostas. O plano de ação, oriundo de determinações dos órgãos centrais do MAPA, é compartilhado e revisado permanentemente, a fim de maximizar os resultados.

Nesse sentido, optamos por focar a atuação em grandes grupos temáticos. Sob o aspecto técnico, privilegiou-se a garantia da inocuidade e da qualidade dos alimentos, assim, foram intensificadas as ações de inspeção e defesa agropecuária, sempre visando a segurança alimentar dos consumidores. Do ponto de vista das práticas administrativas, temos investido na reformulação de processos de trabalho e sistemas e na capacitação de pessoas.

No campo das relações institucionais, além de estimular a capacitação e a participação dos segmentos produtivos, por meio de seminários, encontros e reuniões de trabalho, temos viabilizado a realização de convênios, bem como temos aperfeiçoado a coordenação das ações da SFA/DF com os outros entes federados, a saber, o Governo do Distrito Federal e os Municípios do Entorno. Vale ressaltar as ações de fomento ao desenvolvimento de Sistemas de Produção Agropecuária Sustentável (PLANO ABC).

Subordinada ao PLANO ESTRATÉGICO do MAPA, a SFA/DF, dentro das perspectivas estabelecidas de atuação, a saber, Sociedade, Agronegócio e Parceiros, Processos Internos e Pessoas, Aprendizado e Crescimento, elegeu campos prioritários para o desempenho das suas atividades.

Na perspectiva Sociedade, os focos estratégicos do exercício foram: garantir a Segurança Alimentar da população local e nacional, por meio de campanhas de sensibilização e conscientização do consumo de alimentos seguros, aliada a ações de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários; impedir a entrada e saída de pragas e doenças no DF; e combater fraudes e adulterações. Por fim, garantir uma maior participação e colaboração da unidade com os diversos agentes sociais do agronegócio e do mercado consumidor. Basta verificar os indicadores apresentados adiante para constatar como melhoraram as práticas de fiscalização, defesa e inspeção, com a conseqüente redução da ocorrência de fraudes, bem como o reforço da valorização da imagem institucional da Superintendência.

No que concerne ao fomento do Agronegócio e ao estabelecimento de relações institucionais saudáveis, concentramos esforços na instituição de grupos e comissões multidisciplinares e com ampla representação dos diversos segmentos produtivos e sociais, promovendo, dessa forma, participação, formulação de políticas públicas e desenvolvimento da Agropecuária nacional, de forma sustentável. Exemplo concreto de tal postura é a realização de inúmeras atividades dentro do escopo do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC.

Os processos internos, além de alinhados e determinados pela Administração superior, são desenhados e redesenhados de modo a garantir o alcance das políticas públicas definidas no PPA e no caminhar das demandas apresentadas pela sociedade. Busca-se, ainda, estimular a agregação de valor na produção agropecuária, por meio do desenvolvimento de projetos tecnológicos voltados para o agronegócio. Nesse sentido, aumentou-se a interlocução com os órgãos centrais da sede do MAPA, por meio de reuniões de avaliação do andamento dos trabalhos, com foco em realimentar o planejamento que vem das secretarias nacionais.

Podemos destacar ainda no campo da excelência administrativa a contínua melhora da infraestrutura e dos processos de trabalhos, em especial, pela adoção de diversos sistemas governamentais, tais como, SIG, SIGED, SISAD, SCVA e outros.

Na perspectiva de aprendizado e crescimento, a adoção de um sistema de avaliação de desempenho que agrega outras instâncias de avaliação, tais como, avaliação pelos colegas de

trabalho, auto-avaliação, num sistema 360°, que estimula o trabalho em equipe, representou um grande avanço.

Ademais, a SFA/DF, ainda que conte com planejamento estratégico mais centralizado, está atenta às necessidades de correção de rota, reagindo tempestivamente.

Mesmo com as dificuldades orçamentárias impostas e a eterna carência de recursos humanos, conforme explicitado em parágrafo anterior, e de capacitação destes, a unidade atingiu suas metas e, em alguns casos, superou-as.

Se é certo que as deficiências de pessoal e orçamentárias são impostas, o desempenho da SFA/DF tem superado as metas definidas, resultado decorrente de prévio planejamento e alta capacidade de adaptabilidade.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Por uma questão de organização das informações, os resultados alcançados pela execução das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas e as metas alcançadas, bem como os seus impactos, além dos motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas ou a não execução da ação planejada, serão apresentados no item 4.1.6.

2.4 Indicadores

Por uma questão de organização das informações, os indicadores de desempenho da gestão utilizados pela UJ e definidos pela sede, para medir a efetividade dos principais processos da UJ, bem como os resultados alcançados pela gestão no exercício, serão apresentados no item 4.1.6, como melhor oportunidade para uma visão sistêmica da ação, com a seguinte conformação: caracterização completa da ação, com sua execução e resultados; caracterização completa dos indicadores, com fórmulas de cálculo, aferição e resultados; e análise crítica.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	

7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: Como braço executor descentralizado do MAPA, cabe esclarecer que a unidade não conta com unidades de controle interno e auditoria, conselhos ou comitês de governança ou controle, sendo certo que o acompanhamento e controle das atividades e investimentos são efetuados por meio de sistemas orçamentário, financeiro e contábil consolidados, tais como, SIAFI, SIOR e SIPLAN, além de outros. Bem como, conta a unidade com interlocução junto ao órgão central para assuntos de correição, ética e ouvidoria. O ambiente de controle da Superintendência é o estabelecido pelos normativos do TCU e CGU, além da supervisão exercida pela Assessoria de Controle Interno na sede. Ademais, a execução dos contratos é, na forma da legislação, acompanhada por servidores designados formalmente.					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.4 Sistema de Correição

A unidade não conta com uma estrutura organizacional de correição, sendo a mesma exercida por meio de interlocução com a Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares - CGPAD/SE/MAPA, órgão central do sistema de correição no MAPA, regularmente instituído na estrutura do MAPA, por Regimento Interno. Na SFA/DF, um servidor cuida dos assuntos sob a coordenação daquela unidade.

A unidade, no exercício de 2012, não teve procedimentos apuratórios instaurados.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A unidade conta com servidor designado para a interlocução com a CGPAD/SE/MAPA, devidamente cadastrado no sistema CGU-PAD, sendo certo que no exercício 2012 não foram instaurados procedimentos apuratórios no âmbito da unidade, De relevo, apenas o fato de que o referido interlocutor foi designado, por autoridade externa à SFA/DF, para participar de procedimentos investigativos preliminares, envolvendo fatos alheios ao ambiente da unidade.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

4.1.6.1- Programa: 2105 - Apoio Administrativo

Compete à unidade, programar, desenvolver, orientar, coordenar, promover, executar e acompanhar as atividades gerais da SFA/DF.

Dados gerais:

Tipo	Apoio as políticas públicas e áreas especiais.
Objetivo geral	Promover os órgãos da união dos meios administrativos para a implantação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	Executar e acompanhar as atividades relacionadas a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados para a unidade
Gerente do programa	Não existe gerente no SIGPLAN
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Abenilio Aires Cirqueira
Indicadores utilizados	Não existem indicadores definidos para o Programa
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principal Ação do Programa

4716 - Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas

Visa ao suporte administrativo e operacional da unidade.

Informações das Ações

4.1.6.1.1- Ação 4716 - Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4716					
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.					
Unidade Responsável	Serviço de Apoio Administrativo – SAD/SFA-DF					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
454.819,74	454.819,74	454.819,74	418.846,24	0,00	35.973,50	418.846,24
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Atendimento dos custos dos serviços administrativos da UJ	1	1	1	454.819,74	418.846,24

Fonte: SAD/SFA-DF

Análise Crítica

O exercício de 2012 apresentou um pequeno incremento nos recursos destinados a unidade, de aproximadamente 6,5%, muito embora despesas fixas, tais como, água, luz, telefone, conservação, limpeza e outras tantas, tenham sido reajustadas em percentuais maiores. Ainda sim, conseguimos fechar o exercício, ao custo de mais redução de despesas e cortes de investimentos.

Cumprimento das metas:

A meta estabelecida foi cumprida.

Eventuais problemas de execução:

O pagamento de despesas, eventualmente, foi prejudicado em razão de atrasos na liberação de recursos por parte da unidade central do MAPA. Outra prática comum é a liberação de recursos

para investimentos no final do exercício, impossibilitando a realização de processos licitatórios em tempo hábil.

Superações significativas das metas estabelecidas:

A meta foi alcançada conforme previsto.

Restos a pagar:

O reduzido valor inscrito em restos a pagar não processados não impactou negativamente a execução do programa.

4.1.6.2 - Programa: 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Dados Gerais:

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorar a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.
Objetivo Específico	Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando a sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.
Gerente do Programa	Caio Tibério Dornelles da Rocha
Gerente Executivo	José Guilherme Tolstadius Leal
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Ariadne Nemer Xavier
Indicadores ou parâmetros utilizados	Evolução das áreas sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (agricultura orgânica + plantio direto).
Público alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Principais Ações do Programa

Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (PI= CERTORGAN)

Esta ação é responsável pela aplicação das normas legais através dos trabalhos de fiscalização e inspeção em toda cadeia produtiva dos produtos orgânicos produzidos e comercializados no Distrito Federal. Esta é a forma que poderá garantir ao consumidor a aquisição de produtos de qualidade, respeitada a legislação vigente.

Informações das Ações

4.1.6.2.1 - Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (PI= CERTORGAN)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4720					
Descrição	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.					
Unidade Responsável	Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.196,50	2.196,50	2.196,50	2.132,63	-	-	2.132,63
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Cadastramento de Organismos de Controle Social-OCS	Unidade	2	1	-	-
2	Fiscalização no comércio de produtos orgânicos	Unidade	50	48	2.200,00	2.132,63

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.
Indicador	Evolução da área com utilização de sistemas sustentáveis de produção.
Descrição	Não informado
Tipo	Não informado
Fórmula de Cálculo	Percentual de sistemas sustentáveis de produção (E)= Área sob sistemas orgânicos de produção + Área sob plantio direto / área total de produção x 100
Método de aferição	Entidades públicas e privadas através do Cadastro Nacional de Produção Orgânica e APDC (Plantio Direto).
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Departamento de Produção e Sustentabilidade - DEPROS
Resultado do Indicador em 2012	Ainda não implantado.

Análise Crítica

As atividades realizadas foram baseadas em duas ações distintas. A primeira, relacionada ao cadastramento de Organizações de Controle Social e seus produtores depende da demanda dos interessados, sendo que todas as solicitações de cadastramento ou orientações foram atendidas. A segunda refere-se à fiscalização nos estabelecimentos que comercializam produtos orgânicos, ação esta realizada por iniciativa da DPDAG-DF para orientação aos responsáveis e garantia do controle sobre os produtos orgânicos comercializados no Distrito Federal.

Cumprimento das metas:

Conforme informado acima o cadastramento de Organizações de Controle Social depende da demanda dos interessados. Mesmo que metas sejam estabelecidas, o seu cumprimento não depende apenas da ação relacionada, por isso a diferença entre a programação prevista e realizada. Quanto à fiscalização no comércio de produtos orgânicos, as metas estabelecidas nesta SFA foram cumpridas. A médio e longo prazo as ações irão se consolidar e contribuir para a garantia da qualidade dos produtos orgânicos no DF.

Eventuais problemas de execução:

Não ocorreu no período.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Não ocorreu no período.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

As ações referentes à Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica são fundamentais para contribuir com o desenvolvimento da agricultura orgânica uma vez que o consumidor está cada vez mais exigente e informado quanto aos benefícios de adquirir alimentos com garantia de qualidade através do controle oficial.

4.1.6.3 - Programa: 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Garantir a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando, ainda, às regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da OMC, especialmente de Agricultura.

Ressalta-se ainda a influência e interação com outras áreas e atividades, como o melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação produtos de origem vegetal e animal, políticas de abastecimento e comercialização.

Os riscos à saúde humana, pela contaminação de produtos de origem agropecuária, e ao mercado, pela fraude e ausência de qualidade e conformidade se constituem no principal problema a ser controlado pelo Programa de Segurança e Qualidade dos Alimentos e Bebidas.

As ações são planejadas e coordenadas pelas unidades executoras e implantadas de forma descentralizada. A implementação do Sistema de Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle - APPCC é oficializada pelos Serviços de Inspeção e implantada pelas indústrias, constituindo-se em ação integrada e que requer parcerias internas e externas ao setor público. Igualmente as ações de classificação de vegetais e de carcaças de animais de açougue.

Portanto, o planejamento e coordenação são ações dos órgãos centrais e a implantação e execução é de responsabilidade compartilhada, ocorrendo nas indústrias de processamento de produtos agropecuários. Criação de equipes profissionais multidisciplinares dos segmentos envolvidos em cada área de atividade para implementação conjunta, desde a fase de capacitação, difusão e execução das atividades, reservando-se as ações de auditoria e certificação aos órgãos oficiais.

Dados gerais:

Tipo	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar
Gerente do programa	Enio Antonio Marques Pereira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	José Carlos Fonseca Boquadi (PI = IPVEGETAL2, PI = PADCLASSIF, PI FISCORGEN) Rosilene Gugel Milhomem (PI = INSPANIMAL3)
Indicadores utilizados (*)	2536 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal / Unidade de Medida: número índice.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Principais Ações do Programa

8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (PI = INSPANIMAL3)

Visa fiscalizar, inspecionar e supervisionar as atividades dos estabelecimentos registrados ou relacionados com o Serviço de Inspeção Federal - SIF, além de fiscalizar, através da inspeção de comércio varejista e atacadista e do atendimento às denúncias, a comercialização de produtos de origem animal irregulares e clandestinos (sem inspeção), no território do Distrito Federal.

8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (PI = IPVEGETAL2)

Visa a garantir a qualidade e a idoneidade dos produtos de origem vegetal, notadamente, as bebidas, vinagres, polpas de frutas e vinhos e derivados da uva e do vinho ofertados ao consumidor, por meio do controle dos processos de registro, produção, comércio, importação e exportação dos mesmos.

4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetais (PI = PADCLASSIF)

Visa a fiscalizar a classificação vegetal da produção, importação e exportação e comercialização interestadual e internacional de produtos de origem vegetal com padrão oficial, destinados diretamente ao consumo humano ou a importação.

4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (PI FISCORGEN)

Acompanhamento e fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), a fim de garantir o cumprimento das determinações da CTNBio.

Informações das Ações

4.1.6.3.1- Ação: 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (PI INSPANIMAL3)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8938					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Inspeção – CGI / DIPOA / Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
32.714,84	32.714,84	32.714,84	23.213,64	-	-	16.852,19
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Para a unidade de medida “estabelecimento inspecionado” são consideradas as fiscalizações, supervisões e auditorias realizadas nos estabelecimentos sob SIF subordinados a SFA-DF.	Estabelecimento Inspecionado.	252	285	32.714,84	16.852,19

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Indica o índice de estabelecimentos auditados em conformidade com a legislação e o índice de amostras de produtos analisados em conformidade com legislação.
Indicador	2536 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal / Unidade de Medida: número índice.
Descrição	O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal. O valor do índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção animal fiscalizada.
Tipo	Efetividade

Fórmula de Cálculo	ICA - Índice de conformidade de produtos de origem animal; ICA = $(0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA))$, em que: RA - Número de relatórios de auditoria conformes; NT - Número total de relatórios de auditoria; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas.
Método de aferição	Relatórios de Auditoria e de Supervisão, Autos de Infração, Autos de Apreensão, Termos de Fiscalização, Certificados Oficiais de Análise.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA
Resultado do Indicador em 2012	RA = 17 NT = 18/ AC = 418 NA = 470 ICA = $0,66 + 0,27 = 0,93$

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

A meta anual prevista para o ano de 2012, conforme o SIPLAN foi de 252 estabelecimentos inspecionados. Esta meta foi ultrapassada atingindo o valor de 285 estabelecimentos inspecionados. Nestes estabelecimentos foram realizadas 226 ações de fiscalizações realizadas por AISISPOA's e 18 auditorias/supervisões realizadas por FFA's. Em uma delas a empresa foi autuada devido constatação de Infração ao Regulamento. Além disso, 470 amostras foram coletadas e analisadas pelos laboratórios competentes, sendo o resultado não conforme para 52 parâmetros.

Eventuais problemas de execução:

Em que pese terem sido atendidas em 100% as metas do SIPLAN e até mesmo ultrapassadas, as mesmas não refletem os resultados pretendidos na execução das ações. Isto se deve ao fato de que a meta/unidade utilizada pelo Sistema não traduz plenamente as ações fiscais planejadas no Plano Operativo Anual.

A frequência mínima de supervisão em uma indústria sob SIF varia conforme a sua classificação, podendo ser anual ou semestral. Levando em consideração tal frequência mínima o numero ideal deveria ter sido em torno de 52 e só foram realizadas 18. 19 estabelecimentos não tiveram nenhuma supervisão, sendo que alguns tiveram supervisão semestral.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Não ocorreu no período.

Restos a pagar:

Uma parte do valor de R\$ 3.224,55 está em restos a pagar por estar aguardando chegar a fatura de passagem aérea comprada e o restante para despesas com manutenção que não eram previstas.

Informações Complementares:

Atualmente, contamos com uma equipe técnica à disposição do Serviço Federal de (5) Fiscais Federais Agropecuários e (20) Agentes Técnicos de Nível Médio que fiscalizam e inspecionam (21) estabelecimentos registrados no Distrito Federal (DF) e mais (15) estabelecimentos que estão no entorno do DF, estado do Goiás (GO). Nossa equipe também é constituída por dois Apoios Administrativos, dois Estagiários de Nível Superior e um Veterinário Termo de Cooperação Técnica. Com a alta demanda de serviço e de estabelecimentos inspecionados, a quantidade de pessoas é insuficiente e não condiz com o quadro ideal. Para fiscalizarmos no intuito de garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal o quadro necessário é de 14 Fiscais Federais Agropecuários, 32 Agentes Técnicos de Nível Médio, 4 Apoios Administrativos, 2 Estagiários de Nível Superior e 2 de Nível Médio.

4.1.6.3.2 - Ação: 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (PI = IPVEGETAL2)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8939					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.630,66	7.630,66	7.230,66	7.087,66	-	-	7.087,66
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Número de Listas de Verificação aplicadas sobre Número de Listas de Verificação programadas	Número índice	24	24	7.630,66	7.087,66

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Medir a variação da conformidade dos estabelecimentos e produtos em relação , atuação da fiscalização sobre ambos.
Indicador	2536 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal / Unidade de Medida: número índice.
Descrição	Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de bebidas.
Tipo	Conformidade
Fórmula de Cálculo	$IV = \text{Índice de conformidade de produtos de origem vegetal} = ((0,5 * (0,7 * (\text{Inspeções Conforme} / \text{Inspeções realizadas} - \text{vinhos e bebidas}) + 0,3 * (\text{produtos conforme} / \text{produtos analisados} - \text{vinhos e bebidas})))$
Método de aferição	Listas de Verificação, Termos de Colheita de Amostras e COAF
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV
Resultado do Indicador em 2012	Valores das Variáveis: LVC = , LVA = , AC = , PA = ICV = 0,49 + 0,24 = 0,73

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Ao longo do ano foram feitas algumas revisões em virtude de reduções no quantitativo de estabelecimentos em atuação no DF. Como segue relatado (SIPLAN):

O número de LV programadas foi corrigido tendo em vista o cancelamento de registro de 05 (cinco) alambiques que já estavam em inatividade há vários anos. Como havíamos planejado 28 (vinte e oito) LV para um universo maior de estabelecimentos registrados, achamos por bem reduzir o número inicial.

No mês de agosto, as duas LV previstas não foram realizadas tendo em vista o fato de que ambos os estabelecimentos estavam com as portas fechadas. Um deles por estar mudando de endereço e o outro por encerramento de atividade. Neste último, foram feitas duas diligências no local da unidade e em ambas foram constatados sinais de abandono do local, comprovado por depoimentos de vizinhos. Alteramos os quantitativos de setembro e do último trimestre, por razões semelhantes: dois dos estabelecimentos previstos para serem inspecionados em setembro também estão em inatividade. Um deles fora registrado em fevereiro/12, mas ainda não entrou em operação; outro também está inativo. Preferimos aumentar o quantitativo de novembro. Mesmo assim, percebeu-se uma redução no número anual de LV lavradas, graças à desativação de alguns estabelecimentos.

Além dos estabelecimentos (alambiques) que, em agosto, solicitaram cancelamento de registro - por inatividade - outros dois estabelecimentos, um de polpa e outro de água de coco, também o fizeram, reduzindo ainda mais o universo de inspeção aqui no DF. A despeito disso, preferimos não reduzir a meta SIPLAN mais uma vez, mantendo as 24 (vinte e quatro) LVs programadas (corrigida). Aproveitamos para aplicar a Lista de Verificação em outros estabelecimentos que, ao longo do ano, apresentaram algumas deficiências e inconformidades. Com isso, atingimos a meta corrigida já no início de dezembro, e passamos centrar nossas ações nos produtos importados, os quais sofrem neste período um incremento significativo de demanda.

Eventuais problemas de execução:

Além das alterações de quantitativo descritas no item anterior, devido ao contingenciamento de recursos para investimentos, continuamos utilizando um veículo antigo (VW Gol, ano 2004) e com problemas mecânicos. Havíamos solicitado no planejamento para 2012 um recurso que seria destinado à compra de um veículo apropriado, porém tal recurso fora suprimido da dotação inicial. A partir do meio do ano, foi adquirido um veículo mais novo (Palio – Fiat, ano 2007) e com menos problemas para nossa atuação. Todavia, e mesmo assim, o tipo de veículo ainda não é satisfatório para nossa atividade, visto que grande parte dos estabelecimentos que inspecionamos está localizada em área rural e de difícil acesso.

Superações significativas das metas estabelecidas:

As metas não foram superadas. Ao contrário, foram reduzidas ao longo de 2012 pelas razões descritas no item **cumprimento de metas**.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Além do pleno atingimento da meta corrigida, foi dada uma grande ênfase e celeridade aos ritos processuais internos, aqueles que dão consequência administrativa aos atos fiscalizatórios de campo. Com isso, demos efetividade, em maior quantidade e com mais rapidez, às exigências de intimações, às sanções aplicadas e às consequências administrativas da fiscalização.

4.1.6.3.3- Ação: 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - (PI = PADCLASSIF)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4746					
Descrição	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 24.273,52	R\$ 24.273,52	R\$24.234,67	R\$24.234,67	-	-	R\$24.234,67
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

01	A fiscalização da qualidade vegetal são realizadas pelas análises das amostras coletadas nas diversas organizações comerciais, produtoras, embaladoras, situadas no DF. Foram classificadas, em 2012, várias amostras de arroz; feijão; farinha de trigo; farinha de mandioca; óleo de soja, amendoim e canjica de milho, totalizando 210 amostras. Cada amostra analisada ou classificada é considerada uma fiscalização de produto, porém, poderá haver fiscalização sem a coleta de amostra, quando é realizada uma inspeção visual das características dos produtos fiscalizados.	Unidade	70	208	R\$ 24.273,52	R\$ 24.273,52

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	O indicador tem a finalidade de avaliar o grau de conformidade da quantidade de amostras de produtos vegetais para o período estabelecido.
Indicador	Taxa de Conformidade na Produção de Alimentos e Bebidas / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	O indicador oscila em função da relação entre número de fiscalizações realizadas (amostras classificadas) e do número de autos de infração lavrados no período anual
Tipo	Efetividade
Fórmula de Cálculo	$QACa/QACb0) \times 100 = (167/204) \times 100 = 81,8\%$ - QACa = Quantidade de amostras analisadas e classificadas dentro da normalidade. - QCAb = Quantidade de amostras coletadas dos estabelecimentos produtores, embaladores e comerciantes de produtos de origem vegetal
Método de aferição	Análise da relação entre total amostras coletadas e total de amostra em desconformidade.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV
Resultado do Indicador em 2012	INDICADOR: Fórmula- $(QACa/QACb0) \times 100 = (161/210) \times 100 = 76,66\%$

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

A meta alcançada está entre as maiores já praticadas no serviço de classificação vegetal desta SFA/DF. Em razão da intensificação das ações de fiscalização, praticadas desde 2011, foi possível a constatação, em 2011 e 2012, de uma leve melhora da qualidade dos produtos classificados no DF, em relação aos períodos anteriores à 2011, constatada pela leve redução de produtos sendo comercializados apresentando disparidade de tipo.

Eventuais problemas de execução:

Durante 2012, a exemplo do que ocorreu em 2011, o tempo para a renovação do contrato com a empresa de prestação de serviço de classificação, interferiu negativamente na execução dos trabalhos. Um fator que interfere na execução dos trabalhos da classificação vegetal, tem relação com o atendimento ao Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), pois, por algum período do ano, pelo um dos técnicos do setor deixa de atender à classificação para atendimento ao programa. Outro fator que interfere na execução está relacionado à não reciclagem, em arroz e feijão, de um de nossos classificadores, o que o impede efetuar classificações desses produtos, além de não participar dos trabalhos de perícias quando solicitadas.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Em relação à programação por esta SFA/DF, em que foram estimadas 170 (cento e setenta) coletas de amostras, houve uma superação de 40 amostras. Tal superação está relacionada à colaboração eficiente de uma estagiária entre março e outubro. Caso não seja possível contar com tal colaboração em 2013, certamente os números serão menores.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Para a otimização dos trabalhos visando o cumprimento das metas, é de suma importância que haja uma boa estrutura para o desenvolvimento dos trabalhos burocráticos. Pessoas atuando efetivamente nas funções administrativas (enviando correspondência; arquivando documentos; organizando arquivos; alimentando planilhas e tabelas de controle; observando prazos e vencimentos; etc...), representa um ganho de tempo considerável, possibilitando que os fiscais dediquem maior tempo para as práticas ligadas diretamente com a fiscalização da qualidade.

4.1.6.3.4- Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (PI FISCORGEN)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	4745
Descrição	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 800	R\$ 800	R\$ 800	R\$ 800	-	-	R\$ 800
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados	Fiscalização realizada	28	7	R\$ 800	R\$ 800

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Realizar fiscalizações envolvendo OGM de forma a atender determinações da CTNBio
Indicador	Fiscalização realizada
Descrição	Atendimento das determinações da CTNBio
Tipo	Fiscalização
Fórmula de Cálculo	Quantidade de fiscalizações realizadas/Quantidade de fiscalizações programadas
Método de aferição	Fiscalização realizada
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SIFISV/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2012	25%

Análise Crítica

As fiscalizações referentes ao PI FISCORGEN se refere à execução de determinações da CTNBio (atendimento de medidas de biossegurança prescritas via pareceres da CTNBio para fiscalizações de experimentos envolvendo OGM e verificação do cumprimento da regra de coexistência, conforme Resolução Normativa CTNBio n. 04/2007). Considerando as atividades em questão, foram previstas 28 fiscalizações envolvendo OGM para o ano de 2012.

Cumprimento das metas:

A meta programada para 2012 não foi alcançada devido à redução de equipe inicialmente prevista para a realização das fiscalizações em questão e pequena demanda (indeterminada) quanto à necessidade de acompanhamento de experimentos envolvendo OGM.

Eventuais problemas de execução:

Devido à redução de equipe técnica inicialmente prevista para a realização das atividades do SIFISV/SFA-DF, não foi possível realizar o cumprimento de atendimento da Resolução Normativa CTNBio n. 04/2007 (verificação do cumprimento da regra de coexistência).

Superações significativas das metas estabelecidas:

A meta não foi alcançada.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Com o não atendimento da meta prevista para o ano de 2012, as ações a serem realizadas futuramente deverão contar com equipe técnica suficiente para atendimento da meta a ser previamente programada.

4.1.6.4- Programa: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

A eficiência da defesa agropecuária é assegurada pelo cumprimento de normas fitozoossanitárias estabelecidas em decorrência da segurança alimentar da população brasileira e de acordos comerciais celebrados entre agentes econômicos do país.

Cada vez mais é exigido pelos parceiros comerciais maior controle zoofitossanitário dos produtos oferecidos.

Defender e incrementar a Defesa Sanitária Agropecuária é obrigação das instituições públicas, privadas e da sociedade.

O País tem o maior rebanho comercial do mundo, o que exige controle sanitário efetivo dessa população em seu território.

O Distrito Federal, cuja pauta de exportações se baseia principalmente em produtos agropecuários, vem dando atenção especial a esse tema.

A existência de Cadastro Agropecuário atualizado, com o controle eletrônico da emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, a eficiência no controle do trânsito de animais, vegetais e seus subprodutos, a importância de orientar o produtor rural e a sociedade através da Educação Sanitária, a aplicação de sanções, quando necessário, a implantação, manutenção da área livre de doenças como a febre aftosa, além do controle de doenças como brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, entre outros, são assuntos da rotina do Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal da Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal – SFA/DF.

Os impactos econômicos e sociais adversos decorrentes da defesa agropecuária operar abaixo das necessidades do agronegócio refletem-se no comprometimento da produção e da produtividade agropecuária, com consequências na redução das exportações, em função da

diminuição dos acessos e manutenção de mercado, no desemprego, na redução da renda no campo e na migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impactos negativos para o País e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente.

Esse programa visa elevar a qualidade e a produtividade dos rebanhos animais mediante a redução de doenças além do aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Dados gerais

Tipo	- Finalístico
Objetivo geral	- Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Objetivos Específicos	- Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos. - Garantir a segurança alimentar. - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual e Internacional de animais, vegetais, seus produtos e insumos.
Gerente do programa	- Enio Antonio Marques Pereira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	- Rosilene Gugel Milhomem (PI VIGIZOO, PI=FISCANIMAL, PI FEBREAFTOSA, PI PCEANIMAL) - José Carlos Fonseca Boquadi (PI VIGIFITO, PI=FISCPLANTA, PI ERRADMOSCA, PCEVEGETAL)
Indicadores ou parâmetros utilizados (*)	- Nº de fiscalizações de Estabelecimentos. - Nº de Auditorias Executadas - Tempo de resposta nas ocorrências zoossanitárias - Área declarada livre de febre aftosa com vacinação. - Área declarada livre de febre aftosa sem vacinação. - Nº de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina. - Nº de ocorrências da peste suína clássica. - Nº de ocorrências de casos da doença da vaca louca. - Nº de ocorrências de raiva bovina. - Plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola. - Taxa de conformidade no controle de fronteiras. - Taxa de incidência da doença “cancro cítrico”.
Público-alvo (beneficiários)	- Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Principais Ações do Programa

2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (PI VIGIFITO)

Visa a manter em níveis satisfatórios o estado fitossanitário da agricultura nacional, protegendo áreas reconhecidas como livres de pragas e prevenindo/monitorando a dispersão de pragas no país. A ação se dá por meio da integração e da cooperação técnica com as instâncias estaduais (no Distrito Federal, as ações relacionadas ao trânsito interestadual de vegetais e seus respectivos produtos são executadas pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Distrito Federal – SEAGRI-DF e são supervisionadas pelo Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal – SIFISV/SFA-DF) no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais no território nacional.

2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos (PI=FISCPLANTA)

Essa ação consiste na fiscalização e inspeção do trânsito internacional de material vegetal no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.

Objetivos: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas que afetam a produção agrícola, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.

Justificativa: Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas, assegurando a sanidade dos vegetais e a inocuidade dos alimentos, além de evitar danos ao meio ambiente, certificando a qualidade dos produtos e insumos importados e exportados e evitando prejuízos à economia brasileira e à Saúde.

Metodologia de trabalho: Inicialmente é feita a conferência documental da carga. As mercadorias são então examinadas macroscopicamente, no ato da fiscalização, independentemente da coleta ou não de amostras, observando-se as condições gerais de armazenagem, dos invólucros, assim como a existência de sinais ou sintomas que indiquem prováveis problemas sanitários. Em seguida, podem ser feitos os exames complementares do produto nas instalações da unidade VIGIAGRO. A finalização do processo ocorre no momento da liberação do produto pelo MAPA e autorização de internalização. Também são realizados trabalhos relacionados à destinação do lixo de bordo de aeronaves oriundas de outros países e à inspeção de produtos em bagagens de passageiros.

Os trabalhos são realizados com base nas legislações das áreas técnicas específicas (fiscalização de insumos agropecuários; defesa fitossanitária e inspeção de produtos e subprodutos vegetais), no Manual do VIGIAGRO (IN 36/2006) e nos acordos internacionais.

2181 - Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos (PI=FISCANIMAL)

Essa ação consiste na fiscalização e inspeção do trânsito internacional de material vegetal no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.

Objetivos: Minimizar o risco de introdução e disseminação de doenças que afetam a produção pecuária, atendendo às exigências de padrões sanitários dos mercados internos e externos.

Justificativa: Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de enfermidades, assegurando a saúde dos animais e a inocuidade dos alimentos, além de evitar danos ao meio ambiente, certificando a qualidade dos produtos e insumos importados e exportados e evitando prejuízos à economia brasileira e à Saúde Pública.

Metodologia de trabalho: Inicialmente é feita a conferência documental da carga. As mercadorias são então examinadas macroscopicamente, no ato da fiscalização, independentemente da coleta ou não de amostras, observando-se as condições gerais de armazenagem, dos invólucros, assim como a

existência de sinais ou sintomas que indiquem prováveis problemas sanitários. Em seguida, podem ser feitos os exames complementares do produto nas instalações da unidade VIGIAGRO. A finalização do processo ocorre no momento da liberação do produto pelo MAPA e autorização de sua internalização. Também são realizados trabalhos relacionados à destinação do lixo de bordo de aeronaves oriundas de outros países e à inspeção de produtos em bagagens de passageiros.

Os trabalhos são realizados com base nas legislações das áreas técnicas específicas (fiscalização de insumos pecuários; defesa sanitária e inspeção de produtos de origem animal), no Manual do VIGIAGRO (IN 36/2006) e nos acordos internacionais.

4738 – Erradicação da Mosca da Carambola (PI ERRADMOSCA)

Considerando o intercâmbio interestadual de frutos que possam ser hospedeiros de *Bactrocera carambolae*, o Plano Interno tem como objetivo realizar monitoramento para impedir a entrada desta praga no Distrito Federal, através de colocação de armadilhas com iscas em locais estratégicos em áreas do DF.

4842 – Erradicação da Febre Aftosa (PI FEBREAFTOSA)

O constante investimento e aprimoramento das ações de defesa sanitária animal, cadastramento das unidades de produção, vacinação de bovídeos, atendimentos as notificações de suspeitas, controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos, fiscalização sanitária e epidemiológica e aperfeiçoamento do sistema de informação, além de educação sanitária desempenhadas pela SFA-DF em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI-DF, vem garantindo o Distrito Federal como “zona livre de febre aftosa com vacinação” desde 1999, o que vem corroborando na manutenção do Brasil como um dos principais produtores e exportadores mundiais de carne bovina.

8572 – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais (PCEVEGETAL)

Supervisão e acompanhamento de trabalhos de monitoramento e surgimento de pragas no Distrito Federal. Atividades realizadas pelo Órgão Estadual Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV e supervisão do SIFISV/SFA-DF. Realização de auditorias após os levantamentos efetuados pelo OEDSV, mediante realização de coleta e análises laboratoriais.

Promoção de atividades educativas, envolvendo questões de sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos vegetais.

8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PI PCEANIMAL)

Objetiva garantir a segurança zoonosológica, visando a agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais, através da aplicação das diretrizes zoonosológicas, com o estabelecimento de barreiras sanitárias, caracterização de propriedades de risco, certificação de propriedades livres de enfermidades, campanhas de prevenção e constante manutenção do sistema de informação zoonosológica.

Informações das Ações

4.1.6.4.1 - Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (PI VIGIFITO)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2134					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 88.384,22	R\$ 88.384,22	R\$ 88.384,22	R\$ 88.029,22	-	-	R\$ 88.029,22
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalizações para controle de trânsito interestadual de vegetais	Fiscalização	25.000	36.422	R\$ 88.384,22	R\$ 88.029,22

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, provenientes de outros estados e/ou países
Indicador	Quantidade de fiscalizações realizadas
Descrição	Medição de controle de trânsito nacional e internacional de vegetais e suas partes
Tipo	
Fórmula de Cálculo	Número de fiscalizações realizadas / Número de fiscalizações programadas
Método de aferição	Ações realizadas pela SEAGRI e/ ou pela ou sob a supervisão do SIFISV/SFA-DF via Termos de Fiscalização e Relatórios de atividades.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SIFISV/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2012	100%

Análise Crítica

O Órgão de Defesa Vegetal do Estado realiza atividades visando controle de trânsito de produtos vegetais via fiscalizações, as quais são supervisionadas pelo SIFISV/SFA-DF. O controle

de trânsito tem como objetivo impedir a entrada ou a disseminação de pragas de vegetais no Distrito Federal.

Outras atividades realizadas pelo SIFISV/SFA-DF são análise e encaminhamento de solicitações de importação e exportação de materiais vegetais, supervisões em estações quarentenárias e acompanhamento de materiais de pesquisa que estão em quarentena.

Cumprimento das metas:

As metas foram alcançadas conforme programado.

Eventuais problemas de execução:

Não foram verificados problemas referentes à execução das ações em questão.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Houve superação quanto à realização das ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais devido à demanda ser indeterminada, o que depende da quantidade de trânsitos vegetais ocorridos.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Com a celebração de convênio entre MAPA e órgão fiscalizador do estado, tem-se a previsão de aumento de melhoria quanto à estrutura física a ser disponibilizada, que leva à melhoria na eficiência das atividades de controle de trânsito de vegetais.

Apesar da disponibilização de recurso referente ao convênio SEAGRI-DF/ MAPA ter ocorrido ainda em 2012, a utilização ocorrerá no ano seguinte, pois o repasse ocorreu tardiamente devido ao período eleitoral.

4.1.6.4.2 - Ação: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos (PI=FISCPLANTA)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2180					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.000,00	8.000,00	6.585,83	6.585,83	0,00	0,00	6.585,83
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização do trânsito internacional de vegetais, suas partes, produtos, subprodutos, derivados, insumos agrícolas e materiais para pesquisa científica no Distrito Federal. Envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.	Número de Partidas/Unidades Inspeccionadas	2949	3836	8.000,00	6.585,83

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Dar base à avaliação de riscos de ingresso de pragas exóticas no país via importação de plantas e produtos de origem vegetal, bem como à avaliação da fitossanidade dos produtos nacionais exportados.
Indicador	337 - Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspeccionadas, com base na percepção de enfermidades.
Tipo	Efetividade
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Partidas Inspeccionadas em Conformidade}}{\text{Total de Partidas Inspeccionadas}} \times 100$
Método de aferição	Termos de Fiscalização, Termos de Ocorrência, Prescrições de Quarentena, Termos de Depositário, Termos de Apreensão, Termos de Destruição, Certificados Fitossanitários, entre outros.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	UVAGRO-AIB/DDA/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2012	87,10%

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

A atividade de fiscalização da UVAGRO-AIB no Distrito Federal, em cumprimento à legislação fitossanitária brasileira, envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.

O volume dos trabalhos relacionados à ação depende, portanto, da intensidade do trânsito internacional de cargas e passageiros, que oscila conforme as políticas adotadas pelos países na área do agronegócio, custos de infraestrutura e logística disponíveis e oferta de voos, entre outros fatores. Depende, também, dos diferentes perfis de passageiros, ora portando plantas e mudas, ora trazendo em suas bagagens produtos de origem vegetal em desacordo com a legislação brasileira.

Em 2012, seguindo as tendências dos anos anteriores, grande parte do material vegetal em trânsito comercial internacional no DF constituiu-se de importações e exportações de material de propagação destinado à pesquisa científica, assim como embalagens e suportes de madeira, utilizadas no comércio internacional de mercadorias.

As importações informais, não comerciais, realizadas via bagagem de passageiros internacionais, constituíram-se de frutos, mudas, bulbos, estacas, raízes, flores, sementes, grãos, farinhas e madeiras diversas, entre outros itens.

O número de partidas (unidades, remessas) inspecionadas no Distrito Federal em 2012 somou, nesta ação, um total de 3.836, inferior às 4.037 partidas de 2011. Esta queda está relacionada tanto à redução em 7% da movimentação de cargas comerciais internacionais sujeitas à fiscalização agropecuária (Aeroporto Internacional de Brasília e Porto Seco-DF), quanto à redução em 26% das apreensões de produtos de origem vegetal em bagagens de passageiros internacionais, importações informais, observadas de 2011 para 2012. Na fiscalização de passageiros, podendo-se considerar que se manteve constante o número de voos internacionais com destino à Brasília em 2012 (39 voos semanais, contra 40 voos semanais em 2011), o menor número de apreensões de produtos de origem vegetal carece de maiores estudos, haja vista termos registrado aumento em 40% nas apreensões de produtos de origem animal efetuadas no mesmo período pela UVAGRO-AIB.

Levando-se em consideração as tendências macroscópicas de contínuo aumento de demanda para os próximos anos, tendo em vista também os grandes eventos esportivos de 2013, 2014 e 2016 a serem realizados neste país, necessário se faz o aumento estratégico da equipe desta Unidade.

A ação demandou o trabalho de cinco FFAs Engenheiros Agrônomos, três agentes administrativos, 01 motorista e a utilização de dois veículos.

Eventuais problemas de execução:

Não houve disponibilização de recursos para aquisição de material permanente, o que impossibilitou, por mais um ano, a necessário provimento de equipamentos de informática e mobiliário.

Superações significativas das metas estabelecidas:

A meta física estabelecida para 2012 foi subestimada, repetindo valores de anos anteriores já defasados frente ao maior número de voos internacionais em Brasília, que geram maiores demandas das atividades de fiscalização (maior número de fiscalizações realizadas).

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

O Resultado do Indicador em 2012 foi de 87,10%. Pela fórmula de cálculo descrita, deduzimos que as partidas inspecionadas que apresentaram inconformidades somaram 12,90% (diferença entre 87,10% e 100%).

Este montante compõe-se das ocorrências relacionadas a cargas comerciais, além de todas as apreensões de produtos de origem vegetal em bagagens de passageiros internacionais (importações informais). Assim, a maior ou menor pressão de fiscalização no Terminal de Desembarque de Passageiros pode alterar com facilidade o resultado do Indicador.

4.1.6.4.3 - Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos (PI FISCANIMAL)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2181					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.160,00	35.160,00	35.120,03	35.120,03	-	-	35.120,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização do trânsito internacional de animais, suas partes, produtos, subprodutos, derivados, insumos pecuários e materiais para pesquisa científica no Distrito Federal. Envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.	Número de Partidas/Unidades Inspeccionadas	3111	3438	35.160,00	35.120,03

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Dar base à avaliação de riscos de ingresso de enfermidades zoossanitárias no país via importação de animais e produtos de origem animal, bem como à avaliação da zoossanidade dos produtos nacionais exportados.
Indicador	337 - Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.
Tipo	Efetividade
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Partidas Inspeccionadas em Conformidade}}{\text{Total de Partidas Inspeccionadas}} \times 100$
Método de aferição	Termos de Fiscalização, Termos de Ocorrência, Prescrições de Quarentena, Termos de Depositário, Termos de Apreensão, Termos de Destruição, Certificados Fitossanitários, entre outros.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	UVAGRO-AIB/DDA/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2012	56,57%

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

A atividade de fiscalização da UVAGRO-AIB no Distrito Federal, em cumprimento à legislação zoossanitária brasileira, envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.

O volume dos trabalhos relacionados à ação depende, portanto, da intensidade do trânsito internacional de cargas e passageiros, que oscila conforme as políticas adotadas pelos países na área do agronegócio, custos de infraestrutura e logística disponíveis e oferta de voos, entre outros fatores. Depende, também, dos diferentes perfis de passageiros, ora portando animais de estimação, ora trazendo em suas bagagens produtos de origem animal em desacordo com a legislação brasileira.

Em 2012, seguindo as tendências dos anos anteriores, o volume de produtos de origem animal em trânsito comercial internacional no DF constituiu-se de importações de embutidos e importações de alimentos pelas embaixadas.

As importações informais, não comerciais, realizadas via bagagem de passageiros internacionais, constituíram-se novamente de laticínios, pescados, embutidos, carnes, produtos apícolas e produtos veterinários, entre outros itens.

O número de partidas (unidades, remessas) inspecionadas no Distrito Federal em 2012 somou, nesta ação, um total de 3.438, superior às 2.751 partidas de 2011. Este aumento de 25% deve-se em maior parte ao aumento em 40% das apreensões de produtos de origem animal em bagagens de passageiros internacionais, importações informais, observadas de 2011 para 2012. Na fiscalização de passageiros, podendo-se considerar que se manteve constante o número de voos internacionais com destino à Brasília em 2012 (39 voos semanais, contra 40 voos semanais em 2011), o maior número de apreensões de produtos de origem animal carece de maiores estudos, haja vista termos registrado queda em 26% nas apreensões de produtos de origem vegetal efetuadas no mesmo período pela UVAGRO-AIB.

Levando-se em consideração as tendências macroscópicas de contínuo aumento de demanda para os próximos anos, tendo em vista também os grandes eventos esportivos de 2013, 2014 e 2016 a serem realizados neste país, necessário se faz o aumento estratégico da equipe desta Unidade.

A ação demandou o trabalho de quatro FFAs Médicos Veterinários, 03 agentes administrativos, 01 motorista e a utilização de dois veículos.

Eventuais problemas de execução:

Não houve disponibilização de recursos para aquisição de material permanente, o que impossibilitou, por mais um ano, a necessário provimento de equipamentos de informática e mobiliário.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Não ocorreu no período.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

O Resultado do Indicador em 2012 foi de 56,57%. Pela fórmula de cálculo descrita, deduzimos que as partidas inspecionadas que apresentaram inconformidades somaram 43,43% (diferença entre 56,57% e 100%).

Este montante compõe-se das ocorrências relacionadas a cargas comerciais, além de todas as apreensões de produtos de origem animal em bagagens de passageiros internacionais (importações informais). Assim, a maior ou menor pressão de fiscalização no Terminal de Desembarque de Passageiros pode alterar com facilidade o resultado do Indicador.

4.1.6.4.4 - Ação: 4738 - Erradicação da mosca da carambola (PI ERRADMOSCA)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4738					
Descrição	Erradicação da mosca da carambola					
Unidade Responsável	SIFISV/DDA/SFA-DF					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 100	R\$ 100	R\$ 100	R\$ 100	-	-	R\$ 100
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física	Meta Financeira		

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Controle e manutenção de área livre da mosca da carambola	Área controlada (ha)	580.193 ha	580.193 ha	R\$ 100,00	R\$ 100,00

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Monitorar controle de entrada da mosca da carambola no DF
Indicador	Área livre
Descrição	Manter DF como área livre via monitoramento com utilização de armadilhas para controle de entrada da mosca da carambola
Tipo	Atividade de monitoramento
Fórmula de Cálculo	Área controlada (ha)
Método de aferição	Leitura de dados referentes ao monitoramento realizado mensalmente
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SIFISV/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2012	100%

Análise Crítica

Apesar de o Distrito Federal ser área de baixo risco, realizou-se monitoramento via instalação e manutenção de armadilhas em pontos estratégicos visando controle de entrada da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*) no Distrito Federal.

Cumprimento das metas:

O monitoramento foi realizado conforme programado. O DF permanece como área livre da mosca da carambola.

Eventuais problemas de execução:

Não foram verificados problemas com a realização das atividades referentes ao monitoramento em questão, embora tenha havido situações de subtração de algumas armadilhas.

Superações significativas das metas estabelecidas:

A meta foi alcançada conforme previsto.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Seria interessante que o servidor envolvido com as atividades em questão participasse de curso de capacitação em controle da mosca da carambola.

4.1.6.4.5 - Ação: 4842 – Erradicação da Febre Aftosa (PI FEBREAFTOSA)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4842					
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.138.729,92	1.138.729,92	1.138.729,92	1.138.729,92	-	-	1.138.729,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área livre de Febre Aftosa com vacinação	Km ²	5.802	5.802	1.138.729,92	1.138.729,92

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	- Manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação.
Indicador	- Taxa de Erradicação da Febre Aftosa em Bovídeos / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	- É um indicador que possibilita confirmar ou não a condição de zona livre da doença na UF.
Tipo	- Efetividade
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número Total de Animais Efetivamente Vacinados}}{\text{Total de Bovídeos no DF}} \times 100$

Método de aferição	- Relatórios emitidos pela SEAGRI-DF – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	- Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA
Resultado do Indicador em 2012	91,15 % na etapa de maio 89,87 % na etapa de novembro *

* a etapa de novembro o Indicador foi calculado considerando o número de animais envolvidos na etapa de vacinação e não o total de bovídeos no DF.

Análise Crítica

A manutenção da condição de área livre de Febre Aftosa com vacinação implica em ações de vigilância de doenças vesiculares e, a capacidade de pronta reação às emergências veterinárias.

Dentre as ações de vigilância de doenças vesiculares, esta a contínua manutenção do cadastro de propriedades e a realização da vacinação dos bovídeos existentes no Distrito Federal, que abrange o controle pelo serviço oficial dos estabelecimentos comerciais autorizados pela SFA-DF a comercializar a vacina, a recepção da mesma nos estabelecimentos comerciais, sua conservação nesses e, controle da comercialização aos produtores.

A estratégia adotada no DF no ano de 2012, aprovada pelo Departamento de Saúde animal - DSA/SDA/MAPA, foi vacinar todos os bovinos e bubalinos durante a campanha do mês de maio, com duração de 31 dias e, vacinação dos bovinos e bubalinos com idade até 24 meses durante a campanha do mês de novembro, com duração de 30 dias.

A campanha de vacinação de bovinos e bubalinos no mês de maio de 2012 obteve 2.160 propriedades com registros de vacinação das 2.788 cadastradas pela SEAGRI-DF, nestas foram vacinados 87.020 bovídeos dos 95.463 existentes, ou seja, foram vacinados 91,15% dos bovinos existentes no DF.

Já na campanha do mês de novembro de 2012, somente foram vacinados os bovídeos com idade até 24 meses, obtendo-se 2.161 propriedades com registros de vacinação das 2.837 existentes e, nestas foram vacinados 41.506 bovídeos dos 46.133 existentes, ou seja, foram vacinados 89,97%.

Cumprimento das metas:

Os elevados índices de vacinação antiaftosa no Distrito Federal, a contínua manutenção do cadastro de propriedades e da declaração de vacinação e demais atividades de defesa agropecuária, com a devida fiscalização por parte da Diretoria de Defesa e Vigilância Sanitária da SEAGRI-DF e supervisão da SFA-DF vem garantindo a manutenção da condição de Unidade Federativa livre de Febre Aftosa com Vacinação.

Eventuais problemas de execução:

Não ocorreu no período.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Não houve superação da meta estabelecida.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Não ocorreu no período.

4.1.6.4.6 - Ação: 8572 - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais (PCEVEGETAL)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8572					
Descrição	Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$	R\$	R\$	R\$			
139.336,94	139.336,94	139.336,94	131.527,06	-	-	R\$ 131.527,06
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais	Área controlada (ha)	41089 ha	55039 ha	R\$ 139.336,94	R\$ 131.527,06

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Realizar controle de pragas de importância econômica em áreas do DF
Indicador	Área controlada
Descrição	Medição de eficiência no controle de presença/ausência de pragas no DF
Tipo	Controle de área livre
Fórmula de Cálculo	Soma de área controlada para diferentes pragas

Método de aferição	Área controlada (a partir de análises de amostras coletadas em áreas fiscalizadas)
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SFA-DF/ SEAGRI-DF
Resultado do Indicador em 2012	100%

Análise Crítica

Foram realizadas em 2012 pela SEAGRI-DF e sob a supervisão e acompanhamento do SIFISV/SFA-DF, fiscalizações visando controle de área livre de Sigatoka Negra e Moko da Bananeira em áreas produtoras de bananeira no DF (30 ha) e controle de Ferrugem Asiática em áreas produtoras de soja no DF (vazio sanitário; 55.000 ha).

Cumprimento das metas:

Conforme programação, a meta foi cumprida.

Eventuais problemas de execução:

Não ocorreu no período.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Considerando que a área representativamente fiscalizada pode variar conforme produção, é possível que haja superação de meta. Sendo assim, a área controlada a partir das fiscalizações realizadas foi superior à área fiscalizada prevista.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Parte das ações referentes à prevenção e controle de pragas é dependente de repasse de recursos financeiros via convênio entre o MAPA e o órgão estadual. Apesar da disponibilização de recurso ter ocorrido ainda em 2012, a utilização ocorrerá no ano seguinte, pois o repasse ocorreu tardiamente devido ao período eleitoral.

4.1.6.4.7 - Ação: 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PI PCEANIMAL)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8658				
Descrição		Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária -SDA				
Unidade Orçamentária		22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
310.153,43	310.153,43	307.328,59	296.620,59	-	-	296.620,59
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	P.A*	4.000	7.082	310.153,43	296.620,59

PA* - propriedade atendida

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	- Verificar a existência ou não de doenças de notificação obrigatória no plantel animal do Distrito Federal
Indicador **	- Taxa de Supervisões em estabelecimentos pecuários / Unidade de Medida: porcentagem
Descrição	- O indicador refere-se ao registro das propriedades, controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de animais, cadastro e registro dos sistemas produtivos diferenciados de interesse do DSA.
Tipo	- Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Estabelecimentos Supervisionados}}{\text{Número Total de Estabelecimentos}} \times 100$
Método de aferição	Supervisão do SIFISA/DDA/SFA-DF nas ações da Secretaria de Agricultura.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA-DF
Resultado do Indicador Em 2012	177%

Análise Crítica

A ação objetiva garantir a segurança zoossanitária no Distrito Federal, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.

As atividades realizadas e seus dados discriminados são relacionados a seguir:

Brucelose: Consistiu na realização de exames sorológicos e na imunização das fêmeas com idade de 03 a 08 meses de idade em 1193 propriedades. Em todos os rebanhos com animais positivos, foram aplicadas as medidas previstas na legislação vigente.

Tuberculose: Consistiu na realização de testes (tuberculinização) em bovídeos a partir de 6 semanas de idade em 272 propriedades. Nos rebanhos com animais positivos, foram aplicadas as medidas previstas na legislação vigente.

Anemia Infecciosa Equina: No Distrito Federal existiam 04 entidades controladas para Anemia Infecciosa Equina que, no ano de 2012, perderam a certificação por não conformidades observadas nas fiscalizações realizadas pelo serviço oficial e, 04 unidades laboratoriais credenciadas para realização desse exame, ambos sob supervisão do serviço oficial.

Sanidade Suína: Existe uma Granja de Reprodutor de Suínos Certificada, sob supervisão do serviço oficial. Foi realizado um inquérito soro epidemiológico para Peste Suína Clássica, tendo sido detectado resultado positivo, e a propriedade se encontra sob investigação epidemiológica.

Sanidade Avícola: Foi realizada as monitorias trimestrais para as doenças aviárias de notificação obrigatória em todas as granjas de reprodução existentes no DF.

Cumprimento das metas:

A contínua manutenção do cadastro de propriedades e demais atividades defesa agropecuária, executadas pela Diretoria de Defesa e Vigilância Sanitária da SEAGRI-DF sob supervisão da SFA-DF vem garantindo a condição de controle das doenças notificáveis nos diversos plantéis animais do Distrito Federal.

Eventuais problemas de execução:

A celebração de contrato de repasse para a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF, somente foi efetivado no segundo semestre de 2012.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Existe uma programação de fiscalizações de rotina dos diversos programas sanitários oficiais, porém o número de propriedades atendidas aumenta de acordo com a demanda da iniciativa privada, dos eventos sanitários e resultados positivos de exames sanitários.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Para garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais, é necessário que as informações técnicas sejam processadas no menor tempo possível, permitindo que o serviço oficial, em seus diversos níveis, tomem decisões o mais rápido evitando a propagação dos eventos sanitários que venham a acontecer.

Neste aspecto, a infraestrutura de informática da Diretoria de Defesa e Vigilância Agropecuária da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal precisa ser imediatamente atualizada.

4.1.6.5 – Programa: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Esse programa, portanto, desempenhado pelo Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA) e pelo Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV), busca garantir níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos colocados à disposição dos consumidores, fabricantes e produtores rurais. Deste modo, as ações de fiscalização elevam a renda dos profissionais do setor agropecuário por meio do aumento nos níveis de produtividade, qualidade e inocuidade dos produtos oferecidos.

Dados gerais

Tipo	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Objetivos Específicos	Garantir a qualidade dos insumos agropecuários produzidos e comercializados no Distrito Federal.
Gerente do programa	Enio Antonio Marques Pereira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	- Rosilene Gugel Milhomem (PI=FISCGENE, PI= FISCINAN, PI=FISPROVET) -José Carlos Fonseca Boquadi(PI=FISFECOI, PI=FISCALSEM1, FISAGROTOX)
Indicadores ou parâmetros utilizados (*)	Estabelecimentos fiscalizados

Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.
------------------------------	---

* Foi utilizado como parâmetro o produto do programa fornecido pelo SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento do MAPA)

Principais Ações do Programa

2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (PI=FISCGENE)

A qualidade dos produtos ofertados no mercado está diretamente relacionada à qualidade do material genético existente no rebanho brasileiro. Nesse intuito, são imprescindíveis as atividades de registro e fiscalização dos estabelecimentos de multiplicação animal, nos quais são verificadas as ações de biossegurança, certificação zootécnica, rastreabilidade, entre outras, visando o crescimento da produção animal no Brasil.

Entre as atividades desenvolvidas nesta ação no Distrito Federal, cita-se:

- Registro de estabelecimentos aviários (avozeiros, matrizeiros e incubatórios);
- Registro e fiscalização de laboratórios de FIV (Fecundação *in vitro*);
- Registro e fiscalização de estabelecimentos comerciais de sêmen animal.

2124 – Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal (PI= FISCINAN)

O setor de fiscalização de produtos destinados à alimentação animal exerce papel fundamental para o desenvolvimento da pecuária nacional, atuando no registro e na fiscalização dos estabelecimentos fabricantes e no comércio de produtos expostos à venda. Este procedimento é de importância estratégica e contribui efetivamente para que as indústrias estejam em conformidade com as normas legais vigentes. Toda a ação do setor é direcionada para que os produtos disponibilizados aos consumidores estejam conformes. A conformidade dos mesmos significa que foram fabricados com a utilização de ingredientes (matérias primas) adequados e autorizados, de maneira a fornecer os nutrientes necessários ao bom desempenho dos animais e ainda a cumprir com os requisitos de segurança de uso. Outro ponto relevante é a fiscalização do cumprimento das restrições/proibições de uso de insumos por parte das indústrias. Como exemplo o da proibição de uso da cama de aviários e boa parte das proteínas de ruminantes na alimentação de ruminantes. Este procedimento visa a manter o controle da doença da vaca louca e o status do Brasil de livre da doença. Ou ainda, o controle da proibição de alguns aditivos em animais produtores de carne para o consumo humano como: penicilina, tetraciclina, sulfonamidas sistêmicas, nitrofuranos, cloranfenicol, arsenicais e antimoniais, carbadox, olaquinox, violeta genciana e anabolizantes. Também é relevante mencionar que a legislação vigente já obriga que todos os estabelecimentos fabricantes tenham implementado os procedimentos de boas práticas de fabricação. Procedimento este que contribuiu efetivamente para a melhoria dos controles de qualidade dos produtos expostos à venda. Todo esse esforço visa à melhoria do desempenho na criação dos animais que fornecerão produtos e subprodutos seguros para serem utilizados na alimentação dos brasileiros, bem como para a geração de excedentes exportáveis. Outro ponto relevante da atuação da fiscalização de produtos destinados à alimentação animal é na contribuição para aumentar a conformidade e a segurança de uso dos produtos e conseqüentemente a saúde dos consumidores brasileiros. O efetivo controle do setor contribui ainda para a manutenção de mercados externos já conquistados e abertura de novos mercados. A fiscalização de produtos destinados à alimentação animal tem como

fundamento o que consta da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974 e o Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007-

Entre as ações executadas, podem-se destacar:

- Registro e/ou fiscalização de estabelecimentos fabricantes, importadores, manipuladores e fracionadores e comerciantes de: aditivos, alimentos, rações, concentrados, ingredientes, núcleos e premixes;
- Registro e fiscalização de produtos; aditivos, alimentos, rações, concentrados, ingredientes, núcleos e premixes. Ressalta-se que em 2010 foram alterados os procedimentos, ficando isento de registro alguns produtos classificados como: suplemento para ruminante, premix, núcleo, concentrado, ração, alimento e ingredientes. O propósito dessa nova orientação é desburocratizar procedimentos principalmente para produtos com procedimentos de fabricação já parametrizados.
- Colheita de amostras dos produtos destinados à alimentação de animais para realização de análises fiscais;
- Auditoria da implantação das Boas Práticas de Fabricação (BPF) nos estabelecimentos industriais. Foram realizadas 7 auditorias de BPF;
- Apuração de denúncias referentes ao setor de produtos destinados para a alimentação animal.

2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (PI=FISPROVET)

A qualidade e segurança na fabricação e/ou comercialização dos produtos de uso veterinário influenciam diretamente na eficácia e na viabilidade de utilização dos mesmos. Para tanto, com respaldo no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, são necessárias fiscalizações contínuas nos estabelecimentos produtores e comerciantes pelo órgão competente.

No Distrito Federal, devido à ausência de estabelecimentos fabricantes, a fiscalização nesta ação restringe-se aos estabelecimentos que manipulam, distribuem e comercializam produtos de uso veterinário. Entre as ações executadas, podem-se destacar:

- Registro de estabelecimento manipulador, distribuidor e comercial de Produtos de uso Veterinário no MAPA;
- Renovação de licença de estabelecimento manipulador, distribuidor e comercial de Produtos de uso Veterinário no MAPA;
- Fiscalização de estabelecimentos que manipulam, distribuem ou comercializam produtos de uso veterinário;
- Fiscalização de produtos veterinários de uso controlado e orientação sobre sua correta comercialização;
- Auditoria da implantação e execução das Boas Práticas de Manipulação em estabelecimentos manipuladores de produtos de uso veterinário;
- Autorização de importação de produtos de uso veterinário.
- Apuração de denúncias referentes à manipulação, distribuição e comercialização de produtos de uso veterinário e atividades correlatas.
- Relatoria de instrução de processos de auto desde infração em 1º instância.

2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (PI=FISFECOI)

A importância da fiscalização de fertilizantes é salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos fertilizantes colocados à disposição dos produtores.

2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas (PI-FISCAGRIC)

A ação está relacionada à fiscalização dos serviços de aviação agrícola com aplicação de agrotóxicos ou combate a incêndios realizados por aeronaves de empresas registradas no DF ou autorizadas a operar no DF ou até mesmo aeronaves clandestinas operando ilegalmente.

2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças (PI=FISCALSEM1)

A importância da fiscalização de sementes e mudas tem a finalidade de garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais, bem como certificar a produção destes insumos visando a garantir a conformidade dos padrões pré-estabelecidos de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (PI=FISAGROTOX)

A importância da fiscalização de fertilizantes é assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.

Informações das Ações

4.1.6.5.1- Ação: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (PI=FISCGENE)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2019					
Descrição	Fiscalização de Material Genético Animal					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
780,00	780,00	600,00	566,64	-	-	566,64
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Relação entre as fiscalizações previstas e as fiscalizações realizadas	Fiscalização realizada	5	5	780,00	566,64

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar percentual de atendimento às metas programadas.
Indicador	Taxa de Estabelecimentos Fiscalizados Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação entre o número de fiscalizações executadas pelo número de fiscalizações previstas no POA.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Total de Fiscalizações Executadas}}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}} \times 100$
Método de aferição	Termo de Fiscalização.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA)
Resultado do Indicador em 2012	100%

Análise Crítica

A rotina de trabalho nesta ação consiste no registro de estabelecimentos que produzam, processem, comerciem, armazenem e importem material genético animal, e de prestadores de serviços na área de reprodução animal. No Distrito Federal, a fiscalização de material genético animal se restringe, atualmente, a um laboratório de Fecundação *in vitro* (FIV) e um estabelecimento comercial de sêmen, e ao registro de estabelecimentos avícolas (avozeiros, matrizeiros e incubatórios).

Cumprimento das metas:

Conforme previsto no POA 2012, executou-se 100% das metas previstas para esta ação.

Eventuais problemas de execução:

A falta de servidores de apoio técnico e administrativo na Superintendência Federal de Agricultura no DF (SFA-DF) depende tempo do FFA na realização de trabalhos administrativos e outras ações correlatas que poderiam ser realizadas por servidores específicos para esta atividade, propiciando maior intensificação na ação fiscal.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Não ocorreu no período.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares

No ano de 2012, paralelamente as fiscalizações realizadas, foram registradas 2 granjas matrizeiras de aves.

4.1.6.5.2- Ação: 2124 - Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal (FISCINAN)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2124					
Descrição	Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.800,00	3.800,00	3.800,00	2.849,21	-	-	2.849,21
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Relação entre as fiscalizações previstas e as fiscalizações realizadas	Fiscalização realizada	42	69	3.800,00	2.849,21
2	Amostras colhidas		60	79		

Metas do Exercício Para a Ação

No Sistema de Planejamento (SIPLAN) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2012, foram programadas, para o Distrito Federal a realização de 42 fiscalizações de estabelecimentos fabricantes e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal.

Decorrente da ação de fiscalização foi estabelecido como meta para 2012 a colheita de 60 amostras fiscais para fins de análise de conformidade de seus níveis de garantia aprovados.

Unidade de Medida:

Na execução da fiscalização a unidade de medida utilizada foi número de estabelecimentos fiscalizados. Nas análises fiscais a unidade de medida foi produto amostrado.

Metas Físicas e Financeiras:

Em relação às Metas Físicas foram programadas 42 fiscalizações de estabelecimentos e colheita de 60 amostras fiscais. Em relação à Metas Financeiras, na prática, existe uma distância efetiva entre as demandas das varias SFA's e os valores orçamentários/financeiros programados e o disponibilizado. No caso da SFA/DF isso nem é tão complicado em razão da pequena área territorial do Distrito Federal, que permite a realização de quase todas as atividades sem a disponibilização de recursos para diárias de deslocamento.

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar percentual de atendimento às metas programadas
Indicador	Taxa de Estabelecimentos Fiscalizados / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação entre o número de fiscalizações executadas pelo número de fiscalizações programadas
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Total de Fiscalizações Executadas}}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}} \times 100$
Método de aferição	Termo de Fiscalização
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de saúde, inspeção e fiscalização animal - SIFISA/SFA/DF
Resultado do Indicador em 2012	Considerando apenas o número de empresas fabricantes = $19:14 = 135\%$

Análise Crítica

A atividade Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal contempla ações como: Fiscalização das condições higiênico-sanitárias de estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal e todas as demais ações correlacionadas à execução dessas atividades.

Cumprimento das metas:

No Sistema de Planejamento (SIPLAN) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2012, foram programadas 42 fiscalizações no cronograma físico para esta ação. No total foram realizadas 69 fiscalizações, ou seja, 164,25% das atividades previstas. Esse aumento na execução da fiscalização do comércio de alimentos para animais no DF só foi possível, pelo fato de o Distrito Federal possuir uma extensão significativamente pequena e os deslocamentos serem muito pequenos não demandando recursos para diárias. Aliado à isso está o fato das empresas estarem muito próximas umas das outras. Outra motivação para o aumento na fiscalização do comércio foi o maior percentual de não conformidades encontrado nesta categoria de estabelecimento. Também foi dado continuidade no processo de orientação aos Dirigentes e Responsáveis Técnicos das empresas no sentido de socializar as informações pertinentes ao cumprimento dos vários dispositivos legais vigentes, particularmente em relação às regras de rotulagem de produtos destinados à alimentação animal. Em relação ao acompanhamento da implementação de Boas Práticas de Fabricação nas Indústrias deu-se continuidade, entretanto, com menor intensidade, visto que todos os estabelecimentos já foram auditados e que na fiscalização de rotina tem sido detectado uma significativa melhoria nos procedimentos de Boas Práticas de Fabricação em todos os estabelecimentos de alimentos para animais do Distrito Federal.

Foram realizadas, durante essas fiscalizações, colheita de amostras de produtos destinados à alimentação animal nos estabelecimentos fabricantes e comerciantes. Em 2012 foi programada a colheita de 60 amostras fiscais, entretanto, no decorrer do exercício foram colhidas 79 amostras, ou seja, 131,6%. As amostras foram enviadas ao laboratório oficial do MAPA no estado de Goiás (LANAGRO-GO) para análises físico-química, microbiológica e microscópica (pesquisa de subproduto de origem animal em rações destinadas a ruminantes). Outras 3 amostras de vitaminas foram encaminhadas para serem analisadas no LANAGRO/MG. As metas programadas foram superadas previsto no cronograma enviado anualmente a este serviço pelo DFIP (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários) particularmente, no caso do Distrito Federal por não demandar recursos em diárias para a realização das fiscalizações locais.

Em relação às amostras colhidas todas apresentaram conformidade, o que pode inferir que de maneira geral os produtos destinados à alimentação animal no Distrito Federal estão dentro dos padrões esperados pelo consumidor. Na fiscalização do comércio foram encontrados alguns produtos clandestinos, os quais foram apreendidos e tomadas as providências cabíveis em relação ao estabelecimento fabricante, bem como em relação ao estabelecimento comercial. O propósito do setor de fiscalização de produtos destinados à alimentação animal no DF é atingir a plena conscientização do papel de cada um dos atores envolvidos e, o foco de todos os fabricantes na busca de 100% de conformidade nos produtos comercializados.

Eventuais problemas de execução:

Para continuar executando essa importante atividade de garantia da conformidade de insumos pecuários disponibilizados à sociedade é imprescindível que sejam adotadas medidas para garantir a execução efetiva da atividade como: capital humano técnico e administrativo capacitados, recursos financeiros dentro dos cronogramas de liberação previamente definidos e que muitas vezes sofre cortes intempestivos que comprometem o cumprimento das ações programadas; veículos apropriados e equipamentos e materiais necessários à execução da atividade.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Como já foi mencionado um dos principais problemas enfrentados na execução desta atividade é a parte de liberação de recursos financeiros. Felizmente este item não compromete tanto a execução da fiscalização, pois o Distrito Federal possui uma extensão territorial razoavelmente pequena e conseqüentemente os estabelecimentos ficam todos muito perto. Assim não dependemos de emissão de diárias para deslocamento e, sendo assim, o cumprimento de metas não fica tão prejudicado como ocorre em muitos estados da Federação. As metas estabelecidas para esta atividade no DF foram cumpridas.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

A sociedade precisa de uma prestação de serviços de qualidade e sendo assim é fundamental que se tenha um Planejamento Estratégico atualizado e efetivamente executado dentro dos cronogramas estabelecidos.

4.1.6.5.3- Ação: 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (PI=FISPROVET)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2140					
Descrição	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.574,53	3.574,53	3.574,53	3.304,96	-	-	3.304,96
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Relação entre as fiscalizações previstas e as fiscalizações realizadas	Fiscalização realizada	100	70	3.574,53	3.304,96

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar percentual de atendimento às metas programadas.
Indicador	Taxa de Estabelecimentos Fiscalizados / Unidade de Medida: porcentagem
Descrição	Relação entre o número de fiscalizações executadas pelo número de fiscalizações programadas.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Total de Fiscalizações Executadas} \times 100}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}}$
Método de aferição	Termo de Fiscalização
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA)
Resultado do Indicador em 2012	70%

Análise Crítica

No Distrito Federal, devido à ausência de estabelecimentos fabricantes, a fiscalização nesta ação restringe-se aos estabelecimentos que manipulam, distribuem e comercializam produtos de uso veterinário.

Cumprimento das metas:

Foram previstas, inicialmente, 100 fiscalizações para o ano de 2012 nesta ação. Entretanto, em virtude da única Fiscal Federal Agropecuária (FFA) lotada na área de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário ter sido aprovada no curso de Mestrado em Ciências Animais da Universidade de Brasília (UnB) e, conseqüentemente, ter sido autorizada, pelo Secretário Executivo do MAPA, a participar do curso em regime de tempo parcial, conforme consta no Boletim Pessoal nº 16 11 de junho de 2012, respaldado pelo Processo nº 21016.000267/2012-40, as metas programadas foram revistas e atualizadas no SIPLAN.

Desta forma, com base nas Metas Físicas Corrigidas no SIPLAN, foram realizadas 100% das metas previstas para o ano de 2012.

Eventuais problemas de execução:

Existem, até a presente data, 561 estabelecimentos registrados no Distrito Federal na área de Produtos Veterinários. Em decorrência desta ação contar com apenas uma FFA em exercício, não é possível fiscalizar todos os estabelecimentos registrados no decorrer do ano, visto que, adicionalmente à atividade de fiscalização, esta ação também demanda um intenso trabalho burocrático/administrativo.

Outro agravante é a falta de servidores de apoio técnico e administrativo na Superintendência Federal de Agricultura no DF (SFA-DF), despendendo tempo do FFA à

realização de trabalhos administrativos e outras ações correlatas que poderiam ser realizadas por servidores específicos para esta atividade.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Não ocorreu no período.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

No ano de 2012, paralelamente as fiscalizações realizadas, foram efetuados 26 registros e 112 renovações de licenças de estabelecimentos distribuidores e comerciais de produtos de uso veterinário. Também foram lavrados 37 autos de infração, deferidas 21 importações e elaborados 28 relatórios de instrução, entre outras atividades executadas nesta ação.

4.1.6.5.4- Ação: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (PI=FISFECOI)

A importância da fiscalização de fertilizantes é salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos fertilizantes colocados à disposição dos produtores.

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2141					
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					
Unidade Responsável	Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – CFIC/ Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.419,48	5.419,48	5.419,48	3.752,48	-	-	3.752,48
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	84	86	5.419,48	3.752,48

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar se os fertilizantes produzidos estão de acordo com as garantias fornecidas pelo fabricante.
Indicador	366 - Taxa de Conformidade de Fertilizantes Agrícolas / Unidade de Medida: porcentagem
Descrição	Relação percentual entre o número de determinações analíticas de fertilizantes agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de fertilizantes executadas no ano de 2008.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Determinações Analíticas de Fertilizantes Agrícolas}}{\text{Número Total de Determinações Analíticas de Fertilizantes Executadas}} \times 100$
Método de aferição	Certificados de Análise Fiscal
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-DF.
Resultado do Indicador em 2012	80,95 %

Análise Crítica

Após a produção de fertilizantes pelas empresas produtoras, os fertilizantes são colocados em sacarias com identificação ou são armazenados a granel. Estas sacarias são separadas em lotes conforme, categoria e tamanho. Neste momento, os Fiscais Federais Agropecuários coletam amostras, e estas enviadas ao Laboratório Oficial de Análise localizado em Goiânia-GO ou São Paulo, dependendo do tipo de produto coletado. Após análise, o laboratório emite os Certificados de Análise Fiscal. Estes boletins são enviados para o Serviço de Fiscalização Vegetal que os analisa e os resultados obtidos são confrontados com os valores declarados pelo fabricante atestando ou não a conformidade dos padrões de qualidade do fertilizante produzido.

Para os resultados atestados fora dos padrões é emitido um Auto de Infração e aberto processo administrativo para apurar as irregularidades na produção e eventual aplicação de medidas cautelares de apreensão de produtos, retirando-os do comércio por estarem em desacordo com as garantias declaradas.

Escolheu-se usar como indicador a relação percentual entre o número de determinações analíticas de fertilizantes agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de fertilizantes executadas, pois a qualidade dos insumos agrícolas tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Vale dizer que o resultado de 80,95% a seguir, demonstra que a qualidade do **fertilizante mineral sólido** produzido e comercializado no DF está acima da média nacional, que é de 80% de conformidade. Foi calculada ainda a conformidade do corretivo de acidez, que para o ano de 2012, foi de 50%.

Cumprimento das metas:

No Sistema de Planejamento - SIPLAN, em 2012, o Coordenador de Ação Nacional – CAN e o Coordenador de Ação Estadual – CAE previram ao todo 80 fiscalizações no cronograma físico para esta ação. O cronograma físico foi corrigido para 84 fiscalizações ao longo de todo o ano de 2012, conforme POA2012 encaminhado à Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – CFIC.

Foram realizadas, ao todo 86 fiscalizações, ou seja, 107,5% do total corrigido, superando, assim as metas programadas em 7,5%. A quantidade de fiscalizações justificam-se em razão o universo de ação do Distrito Federal [número de Empresas - EP e Estabelecimentos Comerciais – EC]. O DF fechou o ano de 2012, com 5 Estabelecimentos Produtores, e 57 Estabelecimentos Comerciais e 2 Estabelecimentos Importadores registrados. Além desses, temos a Empresa de Serviço de Limpeza Urbana – SLU, que comercializa material secundário denominado Composto de Lixo Urbano, [oriundo do tratamento do lixo doméstico recolhido no DF] – mediante a autorização CFIC nº 016/2010. Tal estabelecimento produziu, em média, o total de 12.000tn de composto de lixo urbano em 2011.

No tocante aos Estabelecimentos Comerciais, a fiscalização se concentrou nos Estabelecimentos que atuam na venda de volumes mais significativos, para que a abrangência do universo de trabalho desse segmento fosse mais representativa. Assim, deu-se prioridade à fiscalização nos seis Estabelecimentos Produtores retrocitados, os quais foram 100% fiscalizados, e fiscalizamos também, os Estabelecimentos Comerciais que vendem maiores volumes de fertilizantes com o objetivo de realizarem a renovação de seu registro junto ao MAPA. Em 2012, 09 novos Estabelecimentos Comerciais e 2 novos Estabelecimentos Produtores de Fertilizante Orgânico Composto foram registrados. Foram desativados temporariamente 1 Estabelecimento Produtor de Fertilizante Mineral Misto além de 1 Estabelecimento Comercial de produtos à granel.

Nas fiscalizações realizadas nos estabelecimentos, sejam produtores ou comerciais, são realizadas amostragem dos fertilizantes para fins de análise fiscais. Em 2012 foram feitas 36 amostragens, representando um volume de 5.005,19tn de fertilizantes sólidos e 4.360l de fertilizantes líquidos, sendo todas as amostras analisadas em laboratório do MAPA. Quase todos os resultados das amostras realizadas em 2012, foram recebidos até o presente momento. Deste total, 08 encontram-se fora das garantias declaradas pelo fabricante. O nível de conformidade obtido foi de 80,95% para fertilizante mineral misto, de 71,42% para o fertilizante líquido e 50% para corretivos de acidez.

Em relação ao emprego de recursos financeiros para execução das atividades supracitadas, os principais custos são com os materiais empregados na coleta de amostras, manutenção de veículo e combustível. Devido à pequena extensão territorial do Distrito Federal, não há necessidade de gastos com diárias e passagens para o deslocamento de servidor para proceder a fiscalização.

Principais Atividades Desenvolvidas	Programadas	Executadas
Estabelecimentos fiscalizados (SIPLAN)	84	86
Estabelecimentos registrados em 2012	-	09
Coleta de amostra	37	36
Auto de infração	-	12
Produto apreendido	-	01
Multas aplicadas	-	09*
Multas recolhidas	-	R\$ 29.821,04

* 09 multas aplicadas referentes a processos administrativos em andamento no final do ano de 2011 e processos em andamento de 2012.

Eventuais problemas de execução:

Os comentários referentes à baixa execução financeira em 2012, se deve ao fato da grande contenção de recursos nos primeiro semestre de 2012, além da não-descentralização dos recursos previstos na categoria investimentos [aquisição de equipamentos e materiais permanentes, que para o ano de 2012, foram: 3 caladores para fertilizantes e 1 câmera digital].

A baixa execução financeira também é devido aos procedimentos do setor administrativo no recolhimento dos recursos previstos com combustível e material de escritório, sendo estes descentralizados periodicamente, porém nem sempre executados no âmbito da SFA-DF

Superações significativas das metas estabelecidas:

Não ocorreu no período.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Não ocorreu no período.

4.1.6.5.5- Ação: 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas (PI-FISCAGRIC)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2177					
Descrição	Fiscalização de Serviços Agrícolas					
Unidade Responsável	Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade	2	2	0,00	0,00
2	Visita Técnica	Unidade	0	10	0,00	0,00

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	-
Indicador	Não há indicador para o PI FISCAGRIC.
Descrição	-
Tipo	-
Fórmula de Cálculo	-
Método de aferição	-
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	-
Resultado do Indicador em 2012	-

Análise Crítica

A ação foi realizada em caráter orientativo, tendo em vista que não há empresas registradas no DF para operar em aviação agrícola. Foram emitidas 4 autorizações para estabelecimentos registrados em outras UFs operarem no DF. Um fator importante é que a legislação do Distrito Federal proíbe o uso de aviação agrícola para aplicação de agrotóxicos, portanto estas empresas realizam somente outros tipos de serviços.

Cumprimento das metas:

Além da fiscalização realizada, foram feitas visitas técnicas mensais às bases operacionais destas empresas bem como reunião na SFA/DF com operadores em aviação agrícola e técnicos da Secretaria de Agricultura do DF.

Eventuais problemas de execução:

Não ocorreu no período.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Não ocorreu no período.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Não ocorreu no período.

4.1.6.5.6 Ação: 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças (PI= FISCALSEM1)

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2179					
Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudanças					
Unidade Responsável	DFIA/Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.563,00	11.563,00	11.563,00	6.134,56	-	-	6.134,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalizar 5% dos Produtores de Sementes e Mudanças do Distrito Federal, Campos de Produção e Viveiros de Mudanças e Coletar Amostras destes.	Fiscalização Realizada	235	142	11.563,00	6.134,56

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar se as sementes e mudanças estão de acordo com padrões pré-estabelecidos
Indicador	Fiscalização Realizada
Descrição	Relação percentual entre o número de fiscalizações (Termos de Fiscalização + Termos de coletas de amostras + laudos de vistoria + Número de lotes de sementes suspensos) realizadas e o total de fiscalizações previstas.
Tipo	
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Fiscalizações Realizadas pela SIFISV}}{\text{Número de Fiscalizações Programadas Corrigidas}} \times 100$
Método de aferição	Contagem do indicador Fiscalização Realizada (Termos de Fiscalização + Termos de coletas de amostras + laudos de vistoria + Número de lotes de sementes suspensos)
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Inspeção/ Fiscalização e Sanidade Vegetal/ Divisão de Agropecuária/ Superintendência Federal de Agricultura no DF/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Resultado do Indicador em 2012	60,43%

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Percentual de Execução da Fiscalização Realizada de 60,43% em 2012. Incidentes na área de pessoal prejudicaram os trabalhos - Corte da Insalubridade em abril conturbando o andamento dos trabalhos. Greve em agosto atrasando ainda mais a execução. Diante deste atraso, relatórios de 1ª Instância referentes à quantidade de autuações de 2011 ainda estão por elaborar - difícil programar esta atividade previamente. Ausência de Auxiliar Administrativo para trabalhos diários e volumosos de escritório. Ausência de Agente Atividade Agropecuária para aumentar a representatividade da coleta de amostras. Apenas um fiscal executando rodos estes serviços, além do trabalho de fiscalização propriamente dito.

A Meta financeira ficou em 53,05% em razão do corte de duas viagens previstas para capacitação e reunião regional com outros fiscais. Ação que vinha resultando em harmonização de procedimentos e regulamentos, bem como de fiscalização e capacitação em processos administrativos. Também contribui para redução da meta, os meses parados, em greve ou em escritório, por falta de pessoal de apoio administrativo.

Eventuais problemas de execução:

SIPLAN – Restrições e Providências

Tipo de Restrição: Gerenciais

Inclusão: 05/09/2012

Tempo Decorrido: 146 dia(s)

Restrição Superada: NAO

Restrição:

Falta de um Auxiliar Administrativo e um Agente de Fiscalização Agropecuária. Solicitação reiteradas vezes durante todo o ano de 2011. Registrada no SIPLAN. As atividades de escrituração e coleta de amostras não têm atendido às previsões em razão de estarem sendo realizadas por um único Fiscal Federal Agropecuário que divide seu tempo com outras atividades como certificações, autorizações, relatorias e gestão do PI-Fiscalsem.

Providências:

SFA-DF disponibilizar um Agente de Fiscalização Agropecuária e um Auxiliar Administrativo para trabalharem exclusivamente no PI-Fiscalsem.

Última alteração efetuada em **05/09/2012 15:57:00** por **Saulo Gonzales**

Superações significativas das metas estabelecidas:

Não ocorreu no período.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

A atividade de fiscalização de Sementes e Mudanças visa a conformidade da produção destes insumos agrícolas. A verificação da conformidade é feita nas unidades de produção, que envolve campos e viveiros e unidades de beneficiamento, por meio de vistorias e coletas de amostras. As irregularidades verificadas são autuadas e abre-se processo administrativo para julgamento e aplicação de penalidades, quando for o caso. Desta forma tenta-se coibir a prática de irregularidade e clandestinidade, bem como direcionar o produtos à conformidade. Em 2012, foi aplicado o total de multas no valor de R\$ 232.742,91, em julgamento de 1ª Instância na SFA-DF, e recolhido R\$ 10.593,47,00. Boa parte em julgamento de 2ª Instância pela Coordenação de Sementes e Mudanças/ Departamento de Fiscalização e Insumos Agrícolas/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

4.1.6.5.7 - Ação: 2909 -Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (PI=FISAGROTOX)

A importância da fiscalização de fertilizantes é assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2909					
Descrição	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA/ Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.434,40	22.434,40	22.434,40	16.065,00	-	-	16.065,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	1	2	22.434,40	16.065,00

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar se os Defensivos produzidos estão de acordo com as garantias fornecidas pelo fabricante.
Indicador	Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas
Descrição	Relação percentual entre o número de determinações analíticas de defensivos agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de defensivos executados no ano.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Determinações Analíticas de Defensivos Padrões} \times 100}{\text{Número Total de Determinações Analíticas de Defensivos Executadas}}$
Método de aferição	Certificados de Laboratório
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2012	*

*Sem haver empresa produtora no DF, logo não houve atividade que impactasse o referido indicador de conformidade dos Defensivos Agrícolas, visto que não houve coleta/aferição de qualidade de agrotóxicos.

Análise Crítica

A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).

Cumprimento das metas:

No Sistema de Planejamento - SIPLAN, em 2012, o Coordenador de Ação Nacional – CAN e o Coordenador de Ação Estadual – CAE previram 1 ação efetiva para a realização de atividades no mês de junho, dada a presença de tão somente 1 estabelecimento alvo da fiscalização, vide Portaria N° 1 de 03 de fevereiro de 2011, publicada na página N° 6, da seção 1 do DOU N° 25 de 04 de fevereiro de 2011, que credencia a primeira Estação Experimental para pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos e afins no DF, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica, de fitotoxicidade e de resíduos para fins de registro.

Para tanto, o Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-DF, por meio do Fiscal Federal Agropecuário responsável pelo PI FISAGROTOX programou a

execução de 2 fiscalizações obrigatórias, respectivamente para os meses de junho e novembro de 2012, conforme coluna previsto corrigido no SIPLAN. As 2 (duas) fiscalizações técnicas foram realizadas a contento, conforme coluna realizado.

Eventuais problemas de execução:

Não ocorreu no período.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Na execução financeira, ao longo do ano de 2012, houve a realização do Encontro Técnico Regional – ENFISA – Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos, realizado na cidade de Brasília, com descentralização dos recursos para a SFA-DF realizar a emissão de passagens e pagamento das diárias dos participantes, todos fiscais estaduais agropecuários dos Estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. O encontro realizou-se entre os dias 09 a 12 de abril de 2012.

No mês de junho houve o encontro nacional, com a participação de todos os Estados Brasileiros. A execução financeira se deu pela emissão de passagens e diárias para 1 Fiscal Federal Agropecuário e 1 responsável pelo PI e de 1 Servidor da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do DF – SEAPA-DF, atualmente responsável pela fiscalização do uso e do comércio de agrotóxicos no DF.

Restos a pagar:

Não ocorreu no período.

Informações Complementares:

Não ocorreu no período.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

4.2.2 Programação de Despesas

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	130101			NOP*	NOP	2.295.468,58
	Recebidos		130014		NOP	NOP	2.295.468,58
Movimentação Externa	Concedidos	130014			NOP	NOP	267.650,97
	Recebidos		373001		NOP	NOP	267.650,97
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SAD/SFA-DF

* NOP: não ocorreu no período.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite	NOP	NOP	NOP	NOP
b) Tomada de Preços	NOP	NOP	NOP	NOP
c) Concorrência	NOP	NOP	NOP	NOP
d) Pregão	227.494,82	322.818,82	227.494,82	322.818,82
e) Concurso	NOP	NOP	NOP	NOP
f) Consulta	NOP	NOP	NOP	NOP
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	56.755,30	53.943,03	56.755,30	53.943,03
h) Inexigibilidade	57.871,32	44.525,17	57.871,32	44.525,17
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	5.439,28	4.728,84	5.439,28	4.728,84
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	NOP	NOP	NOP	NOP
k) Diárias	53.956,16	49.002,77	53.956,16	49.002,77
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

Fonte: SAD/SFA-DF

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Demais elementos do grupo	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2 – Juros e Encargos da Dívida								

1º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Demais elementos do grupo	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3 – Outras Despesas Correntes								
333.90.14	68.934,77	49.002,77	53.956,16	47.737,60	-	-	53.956,16	47.737,60
333.90.30	77.849,31	147.666,70	77.776,80	96.263,83	72,51	15.649,49	77.776,80	96.263,83
333.90.33	42.379,29	61.739,12	41.508,91	35.009,69	870,38	35.104,96	41.508,91	35.009,69
333.90.36	24.541,30	14.588,35	20.401,20	14.588,35	4.140,10	-	20.401,20	14.588,35
333.90.37		49.969,92		45.805,76	-	4.594,22	19.806,84	45.805,76
	19.806,84		19.806,84					
333.90.39		163.537,95		132.773,44	52,16	26.033,99	169.479,20	132.773,44
	169.531,36*	**	169.479,20					
333.90.47	10.954,45	6.526,26	10.418,19	6.100,30	536,26	644,82	10.418,19	6.100,30
333.91.39		6.500,00		2.801,00	-	3.381,31	3.462,18	2.801,00
	4.686,64		3.462,18					
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
344.90.52	7.960,00	NOP	7.960,00	NOP	-	475.922,10	7.960,00	NOP
2º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Demais elementos do grupo	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Demais elementos do grupo	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP

Fonte: SAD/SFA-DF

* A esse valor não está somado o montante pago de condomínio, ao INCRA, R\$ 267.650,97 pelo critério de rateio das despesas comuns do edifício que ocupamos, de forma proporcional (metragem), montante, esse, não empenhado, vez que o mesmo é repassado àquele instituto mediante Nota de Crédito.

** A esse valor não está somado o montante pago de condomínio, ao INCRA, R\$ 306.457,32 , pelo critério de rateio das despesas comuns do edifício que ocupamos, de forma proporcional (metragem), montante, esse, não empenhado, vez que o mesmo é repassado àquele instituto mediante Nota de Crédito.

Os gastos com pessoal da SFA-DF serão informados pela CGRH-SPOA, pois a SFA-DF não é uma UPAG, sendo a sua folha executada por aquela Coordenação-Geral, esclarecendo que as demais SFA's, por serem UPAG, receberam tais informações da CGRH.

4.2.4.2.3 Análise crítica

Não ocorreram alterações significativas no exercício, ressalvado sempre, as limitações orçamentárias rotineiras, sendo certo que as despesas aumentam todos os anos e os recursos disponibilizados diminuem. Houve contingenciamento de recursos, em especial, em diárias e

investimento, limitando, em muito, nossa atuação. A prejudicar a execução orçamentária, vale relatar a carência de recursos humanos e as suas capacitações, ressaltando o enorme número de servidores da área meio e fim com tempo de serviço para aposentadoria. Vale explicitar que a UJ não dispõe de créditos originários, os recebendo apenas por movimentação, exatamente como ocorre com as demais superintendências. A movimentação para o INCRA decorre de pagamento de cota-parte do condomínio do edifício que compartilhamos.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não ocorreu no período.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	NOP	NOP	NOP	NOP
2010	NOP	NOP	NOP	NOP
2009	NOP	NOP	NOP	NOP
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	475.887,82	246.269,15	229.618,67	NOP
2010	427.503,26	127.451,79	229.618,67	NOP
2009	244.551,73	629,57	221.802,91	NOP

Fonte: SAD/SFA-DF

5.2.2 Análise Crítica

O atraso do envio de recursos pelo órgão central, a eventual demora da análise dos processos licitatórios da UJ pela Consultoria Jurídica, e alguma falta de planejamento, em razão dos atrasos pela coordenação das áreas internas para as aquisições e realizações comuns da SFA, ensejaram ora o cancelamento ora o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores durante o exercício de 2012. No exercício de 2012 não restou saldo a pagar.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SFA/DF									
CNPJ: 00396895/0075-61					UG/GESTÃO: 130014				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
CONVENIO	771370/2012	SEAGRI/DF	334.189,08	31.044,24	207.903,61	207.903,61	06/07/2012	31/12/2015	1
CONVENIO	771226/2012	SEAGRI/DF	3.020.594,32	212.500,00	1.406.729,92	1.406.729,92	06/07/2012	31/12/2015	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SAD/SFA-DF

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SFA/DF					
CNPJ:	00396895/0075-61					
UG/GESTÃO:	130014					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	2	-	-	1.614.633,53	0,0	0,0
Contrato de Repasse	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Termo de Cooperação	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP

Termo de Compromisso	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Totais	2	-	-	1.614.633,53	-	-

Fonte: SAD/SFA-DF

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SFA/DF					
CNPJ: 00396895/0075-61			UG/GESTÃO: 130014		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	02	-	1.614.633,53	504.625,02	100%
Contrato de Repasse	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Termo de Cooperação	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Termo de Compromisso	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Totais	2	-	1.614.633,53	504.625,02	100%

Fonte: SAD/SFA-DF

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SFA/DF					
CNPJ: 00396895/0075-61			UG/GESTÃO: 130014		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
2011	Contas Prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
2010	Contas Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	R\$ 1.642.360,00	NOP	NOP
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP

Fonte: SAD/SFA-DF

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SFA/DF					
CNPJ: 00396895/0075-61		UG/GESTÃO: 130014			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	NOP	NOP
			Contas Não Analisadas	NOP	NOP
		Montante Repassado (R\$)		NOP	NOP
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	NOP	NOP
			Quantidade Reprovada	NOP	NOP
			Quantidade de TCE	NOP	NOP
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)			NOP	NOP	
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas Analisadas	NOP		NOP	NOP
		NOP		NOP	NOP
		NOP		NOP	NOP
	Contas NÃO Analisadas	NOP		NOP	NOP
NOP		NOP	NOP		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			1	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		R\$ 1.642.360,00	NOP
		Quantidade Reprovada		NOP	NOP
		Quantidade de TCE		NOP	NOP
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		NOP	NOP
Montante Repassado		NOP	NOP		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		NOP	NOP

Fonte: SAD/SFA-DF

5.3.6 Análise Crítica

Não houve no presente exercício o repasse de recursos ou prestação de contas.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
130014	Superintendência Federal de Agricultura do Distrito Federal – SFA/DF	NOP	NOP	5.439,28	5.439,28
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	-	5.439,28	5.439,28

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Não ocorreu no período.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130014	Limite de Utilização da UG	20.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Joaquim Silva Ferreira	14367475115	3.000,00	-	2.901,73	2.901,73
Saturnino Antonio de Oliveira	18469051172	6.199,90	-	2.537,55	2.537,55
Total Utilizado pela UG			-	5.439,28	5.439,28

Fonte: SAD/SFA-DF

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	-	5.439,28	5.439,28
2011	-	-	-	-	-	4.728,84	4.728,84
2010	-	-	-	-	-	13.443,31	13.443,31

Fonte: SAD/SFA-DF

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
PC Aguardando Análise	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
PC em Análise	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
PC não Aprovadas	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
PC Aprovadas	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	3	5.439,28	4	4.728,84	3	13.443,31

Fonte: SAD/SFA-DF

5.4.1.6 Análise Crítica

Em virtude dos baixos valores utilizados para suprimento de fundos e o número reduzido de faturas, vez que não utilizamos a modalidade saque, permitem um controle em tempo real sobre os gastos efetuados por meio de cartão de pagamento do governo federal.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	88	88	02	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	02	02	01	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	91	91	03	-

Fonte:SGP/SAD/SFA-DF

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	-

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	06	06	01	01
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	04	04	00	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	02	02	01	00
1.2.5. Aposentados	00	00	00	00
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	16	16	01	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	00	00	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	22	22	01	00

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	03	12	25	40	08
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	02	01	01	01
2.3. Funções Gratificadas	02	-	04	09	01
3. Totais (1+2)	03	02	06	10	02

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	22	22	20	11	10	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	01	01	02	02	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	02	08	03	03	01	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

As despesas de pessoal da SFA-DF não serão declaradas em virtude do fato de que a execução e pagamento da folha dos servidores desta unidade são realizados pela CGAP-SPOA/MAPA.

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

O processamento e a concessão de aposentadoria de servidores da SFA-DF são realizados pela CGAP-SPOA/MAPA, portanto, deixamos de preencher o presente quadro.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O processamento e a concessão de pensões de servidores da SFA-DF são realizados pela CGAP-SPOA/MAPA, portanto, deixamos de preencher o presente quadro.

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A SFA-DF não dispõe de controles formais de identificação de casos de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos, todavia, realizamos verificações periódicas junto aos nossos servidores, vez que o quadro de pessoal da unidade é bastante pequeno.

A forma de controle mais utilizada no âmbito da unidade é o acompanhamento da frequência dos servidores, situação que expõe imediatamente uma possível acumulação de cargo, face a ausências pontuais e/ou sucessivas (compatibilidade de horários).

Outra medida diz respeito a realização de reuniões anuais com os servidores, nas quais são expostas aos servidores os seus direitos e deveres, consignados na 8.112/90, em especial a acumulação ilícita de cargos. Assim, não detectamos casos de acumulação indevida no período.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não ocorreram casos de acumulação indevida no período.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

As atividades de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, reforma e pensão dos servidores da SFA-DF, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União, são executadas pela CGAP-SPOA/MAPA.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não ocorreu no período, tendo em vista que tal definição é de responsabilidade da CGAP-SPOA/MAPA.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não ocorreu no período.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não ocorreu no período.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não ocorreu no período.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Os empregados de conservação limpeza e vigilância fazem parte do quadro do condomínio, sendo as despesas pagas através de rateio de cota parte de cada condômino ocupante.

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal SFA-DF													
UG/Gestão: 130014						CNPJ: 00396895/0075-61							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
03/2010	3	O		07735797000 1-14	06/06/1 2	05/09/1 2			2			E	
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	07	07	07	07	-
1.1 Área Fim	07	07	07	07	-
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	05	05	05	05	-
2.1 Área Fim	03	03	03	03	-
2.2 Área Meio	02	02	02	02	-
3. Total (1+2)	12	12	12	12	-

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

Obs.: Os gastos com estagiários da SFA-DF serão informados pela CGRH-SPOA, pois a SFA-DF não é uma UPAG, sendo a sua folha executada por aquela Coordenação-Geral, esclarecendo que as demais SFA's, por serem UPAG, receberam tais informações da CGRH.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Lei nº 1.081/1950, Decreto nº 6.403/2008 e IN/SLTI/MP nº 03/2008

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Os veículos oficiais sob responsabilidade da SFA-DF são de extrema importância para a consecução das atribuições regimentais da unidade, vez que, além das atividades administrativas, atendem essencialmente as ações de fiscalização, tais como, visitas a campo de produção, estabelecimentos agroindustriais, fábricas, estabelecimento de comercialização, casas veterinárias, postos de fronteira, portos e aeroportos, e similares.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

37 veículos de serviço.

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

3.000 Km/ano por veículo.

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

4,64 anos.

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Gasto anual com mão de obra: 9.031,92

Gasto anual com peças e óleo lubrificante: 13.342,16

Gasto anual com seguros obrigatórios: 2.389,89

Gasto anual com combustível: 58.022,92

- g) Plano de substituição da frota;

Para o exercício de 2012 não foi previsto a aquisição de veículos de serviço (modalidade automóvel), sendo certo que desde 2010 a unidade tenta adquirir, sem sucesso, um caminhão com baú refrigerado a ser utilizado no transporte e armazenagem de produtos apreendidos pela fiscalização da SFA-DF.

- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A política adotada no âmbito do MAPA, aí incluída a SFA-DF, é a utilização de veículos oficiais próprios, portanto, não há a ocorrência de serviços terceirizados de transportes.

- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A frota de veículos da SFA-DF, assim como os demais veículos do MAPA, são acompanhados e controlados pelo sistema informatizado denominado SCVA.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	BRASÍLIA *	1	1
	município 2	NOP	NOP
	município “n”	NOP	NOP
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	NOP	NOP
	município 2	NOP	NOP
	município “n”	NOP	NOP
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	NOP	NOP
	cidade 2	NOP	NOP
	cidade “n”	NOP	NOP
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	NOP	NOP
	cidade 2	NOP	NOP
	cidade “n”	NOP	NOP
Subtotal Exterior		NOP	NOP
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SAD/SFA-DF

* O imóvel que a SFA/DFA ocupa atualmente (SBN - Quadra 1 - Bloco “D” - sala 500 – Ed. Palácio do Desenvolvimento - CEP: 70057-900 – Brasília/DF) foi cedido, em regime de comodato, pela CONAB.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não ocorreu no período.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
	80370 1	7	3	500.000,00	05/03/2013	1.277.005,58	-	267.650,97*
							-	-
Total							-	267.650,97

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

* Despesas em forma de condomínio, no valor de R\$ 267.650,97, repassados ao INCRA pela proporcionalidade do espaço que ocupamos no 5º andar do prédio do INCRA.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	

<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	

<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<p>Considerações Gerais: A unidade não conta com estrutura própria de Governança Corporativa. Com relação aos aspectos de Tecnologia da Informação, esclareça-se que todas as respostas fornecidas foram feitas considerando a ocorrência das situações no âmbito da UJ, valendo frisar que as definições para a área de tecnologia (planejamento, coordenação e aquisições) são idealizadas e formalizadas no âmbito da CGTI-SPOA-MAPA, que detém os poucos recursos humanos da casa trabalhando na atividade, sendo certo que as SFA's seguem o modelo e orientações da sede e contam, exclusivamente, com empregados terceirizados para a consecução do serviço. Daí a ausência de respostas dos itens de 1 a 6, sugerindo que seja ouvida a sede ou analisado o RG da CGTI/SPOA/SE/MAPA. A UJ conta com um interlocutor para os serviços de atendimento e informação ao cidadão (SIC).</p>	

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 					
Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		X			
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 		X			
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					
Existente uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Com relação às nossas contratações, vale explicitar que as compras de produtos e serviços da SFA-DF seguem editais sugeridos pela sede e analisados pela CONJUR-MAPA. Continuamos a realizar campanhas de conscientização, tais como, use copo de vidro, desligue seu computador, periféricos, desligue a luz ao sair. Paralelamente, desligamos luzes alternadas nas salas e corredor, diminuindo o consumo de energia.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	360	300	360	3.560,40	2586,00	3.128,40
Água				14.357,19		
Energia Elétrica	119000 kw	109000 kw	119000 kw	57.871,32	34.145,59	43.684,66
			Total			

Fonte: SAD/SFA-DF

* Esclareça-se que os gastos da unidade com água estão embutidos no montante mensal repassado ao INCRA, órgão controlador do condomínio, pelo critério de rateio das despesas comuns do edifício que ocupamos, de forma proporcional. Do total de R\$ 267.650,97 repassado ao INCRA, R\$ 14.357,19, ou seja, 5,36 % correspondem ao nosso consumo de água no condomínio.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não ocorreu no período.

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no período.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não ocorreu no período.

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no período.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	22	-	-
	Entregaram a DBR	22	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte:SGP/SAD/SFA-DF

10.3.2 Análise Crítica

A Unidade Jurisdicionada acompanha a entrega das DBR's pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93. A unidade de RH da SFA é a responsável pelo recebimento, em papel, e guarda dos referidos documentos. A cobrança dos inadimplentes é feita pessoalmente, sem a utilização de controles informatizados. Uma vez entregues a DBR's, as mesmas são encaminhadas para a CGAP-SPOA. Vale lembrar que a SFA-DF não possui terminais ou senhas do SIAPE, cabendo à CGAP-SPOA a operacionalização das ações de RH nesse sistema.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV



DECLARAÇÃO

Eu, Wilson Dantas do Nascimento, gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas, CPF nº 146.689.201-34, Chefe Substituto SAD/SFA/DF exercido na Superintendência Federal de Agricultura no DF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 15 de março de 2013.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, positioned above the typed name.

Wilson Dantas do Nascimento
CPF 146.689.201-34
Chefe Substituto da SAD/SFA/DF



DECLARAÇÃO

Eu, Oseas Benjamin da Silva, gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas, CPF nº 226.867.201-82, Chefe Substituto SEOF/SFA/DF exercido na Superintendência Federal de Agricultura no DF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 15 de março de 2013.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Oseas Benjamin da Silva'.

Oseas Benjamin da Silva
CPF 226.867.201-82
Chefe Substituto da SEOF/SFA-DF

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A contabilidade da UJ, como das demais unidades descentralizadas, é efetuada pela unidade central do MAPA, sendo certo que a UJ utiliza os sistemas governamentais ligados e alimentadores da contabilidade pública, tais como, SIAFI e SIOR. Em especial, informar que, segundo informações do órgão central, não estamos aplicando integralmente as NBC T 16.9 e 16.10 (ver informação do item seguinte, fornecida integralmente pelo setor de contabilidade do MAPA).

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Quanto a este item, estamos em contato permanente junto a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais CGLSG a qual nos apresentou cópia do Termo de Referência referente a manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado onde o motivo maior da contratação foi exatamente a implantação do módulo de depreciação/amortização. Com isso a setorial de contabilidade acompanhara de forma pontual a implantação no decorrer do exercício corrente, Diante do exposto, esclarecemos:

- a) A UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 E NBCT 16.10;
- b) Apesar dos esforços das autoridades, conforme acima descrito, até o momento não foi disponibilizado um sistema de patrimônio para o MAPA;
- c) Não estamos adotando nenhum método haja vista que os trabalhos não foram iniciados ainda no MAPA;
- d) Não estão sendo aplicados
- e) Não estão sendo aplicados;
- f) Não estão sendo aplicados;
- g) Não estão sendo aplicados.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO /DF		130014	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) 104 FALTA E/ OU ATRASO DE REMESSA RMAb) 101 FALTA E/ OU ATRASO DE REMESSA DO RMBc) 951 FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n.º	006624/T-8 GO

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Não há informações complementares a acrescentar.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA vem historicamente se utilizando de modernas ferramentas de gestão estratégica de seus recursos, técnicas e resultados. A SFA/DF, em face dos números que apresentou no decorrer deste relatório, tem evidenciado elevados índices de eficiência e eficácia na execução dos programas definidos coletivamente pela equipe do MAPA, com focos no alcance do interesse coletivo e na garantia da legalidade na gestão de recursos públicos.

Pautados pelos diversos indicadores de desempenho desenvolvidos para aferir os resultados da gestão estratégica do MAPA, para cada perspectiva de atuação, quais sejam: Perspectiva da sociedade, perspectiva do agronegócio e parceiros, perspectiva de processos internos, perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento, a SFA/DF incrementou a sua aproximação com os diversos agentes sociais, tais como, Produtores Rurais, Associações de Produtores, órgãos públicos (SEAGRI/DF, EMATER, etc), por meio de encontros e criação de grupos de trabalho para o desenvolvimento de temas específicos, em especial a agricultura orgânica e a disseminação e desenvolvimento de ações ligadas ao Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC.

Para a consecução dos objetivos coletivamente definidos, foram implementadas, no âmbito da SFA/DF as seguintes ações específicas:

- 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas;
- 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos;
- 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos;
- 2181 – Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos;
- 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola;
- 4842 – Erradicação da Febre Aftosa;
- 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais;
- 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais;
- 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal;
- 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal;
- 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário;
- 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes;
- 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas;
- 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças;
- 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins;
- 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica;
- 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal;
- 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal;
- 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal;
- 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados;

Importante ressaltar que, em quase sua totalidade, as metas foram cumpridas ou superadas, apresentando variação positiva entre 2010 e 2011. Assim, somos campeões em produtividade em diversos produtos agropecuários. O parque avícola continua pujante. No Aeroporto Internacional de Brasília iniciamos, no último trimestre do ano, uma ação coordenada de fiscalização, inspeção e vigilância de produtos agropecuários em vôos domésticos com excelentes resultados, como a apreensão de inúmeros produtos em desacordo com a legislação, ampliando o escopo de atuação no AIB. Nos insumos agrícolas, a média de conformidade continua dentro dos padrões exigidos pelas normas.

Portanto, as ações executadas pela SFA/DF no exercício de 2012 espelham, de forma clara, os resultados positivos colhidos em prol de todos os agentes sociais envolvidos, quando da implementação dos programas e políticas de governo, sob a sua responsabilidade.

Merece destaque a iniciativa desta unidade, já no fim do exercício, de lançar as bases de uma importante campanha de combate aos produtos clandestinos, em especial a carne. A idéia foi apresentada aos órgãos superiores do MAPA e plenamente recepcionada. Foram envolvidos diversos representantes da sociedade local, pública ou privada, tais como, produtores, estabelecimentos industriais e comerciais, entidades civis do agronegócio, órgãos públicos (Ministério Público, órgãos de defesa do consumidor, SEAGRI/GDF, e outros), Imprensa, ONG, enfim, todos, mobilizados para o esclarecimento, a conscientização, fiscalização da produção, a comercialização e consumo de produtos agropecuários, a fim de prevenir e evitar o consumo de produtos clandestinos, garantindo, assim, alimento seguro na mesa do brasileiro e dos demais brasileiros. Em 2013 será lançada a campanha nos diversos segmentos.

Por todo o exposto, forçoso concluir que as principais metas da Gestão Estratégica do MAPA previstas para o exercício 2012 foram cumpridas, apesar das inúmeras dificuldades operacionais encontradas, especialmente quanto ao contingenciamento das dotações orçamentárias.

Registre-se, por fim, que os resultados alcançados deveram-se, principalmente, às ações articuladas dos diversos órgãos superiores do MAPA e da SFA/DF, e, principalmente, da dedicação e compromisso de um corpo funcional que, apesar de pequeno, é gigante no agir.

Para 2013, um dos principais objetivos a serem atingidos diz respeito à recomposição da força-de-trabalho, da readequação da estrutura organizacional, tanto de unidades organizacionais, como de cargos de chefias e assessoramento. Vale ressaltar que os sucessivos e recentes concursos têm privilegiado, nesta capital, a sede (unidade de formulação), em detrimento da execução, que ocorre no âmbito da Superintendência. Ademais, conforme fartamente demonstrado, o PIB Agropecuário do DF cresce exponencialmente, o que comprova a necessidade de aportes de pessoas e recursos financeiros, não apenas para fazer frente aos novos desafios, mas, principalmente, para reforçar o papel e a imagem institucional da unidade e do MAPA.